

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**SALVATORE GASPARINI XERRI**

**MAIS-VALIA GLOBAL NA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA:  
O DEBATE SOBRE DESENVOLVIMENTO NA TEORIA DO SISTEMA-MUNDO**

**PORTO ALEGRE**

**2019**

**SALVATORE GASPARINI XERRI**

**MAIS-VALIA GLOBAL NA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA:  
O DEBATE SOBRE DESENVOLVIMENTO NA TEORIA DO SISTEMA-MUNDO**

Trabalho de Conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira

**PORTO ALEGRE**

**2019**

### CIP - Catalogação na Publicação

Xerri, Salvatore Gasparini

Mais-valia global na economia-mundo capitalista: o debate sobre desenvolvimento na Teoria do Sistema-Mundo / Salvatore Gasparini Xerri. -- 2019. 49 f.

Orientadora: Analúcia Danilevicz Pereira.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Relações Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Teoria do Sistema-Mundo. 2. Economia-mundo capitalista. 3. Mais-valia global. 4. Divisão internacional do trabalho. 5. Desenvolvimento. I. Pereira, Analúcia Danilevicz, orient. II. Título.

**SALVATORE GASPARINI XERRI**

**MAIS-VALIA GLOBAL NA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA:  
O DEBATE SOBRE DESENVOLVIMENTO NA TEORIA DO SISTEMA-MUNDO**

Trabalho de Conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, 12 de dezembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira – Orientadora  
UFRGS

---

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini  
UFRGS

---

Prof. Dr. Leonardo Granato  
UFRGS

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, em primeiro lugar, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e à Faculdade de Ciências Econômicas, pelas oportunidades de aprendizado, gratuitos e da melhor qualidade, e formação, não apenas acadêmica, mas também pessoal, ao longo da minha graduação.

Agradeço, nesse sentido, minha orientadora, a Profa. Dra. Analúcia Danilevycz Pereira, que me acompanhou ao longo de toda esta trajetória, enquanto Bolsista de Iniciação Científica e Assistente de Edição da Revista Brasileira de Estudos Africanos (RBEA). Neste sentido, agradeço também ao Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) pelos ensinamentos sobre pesquisa.

Agradeço à Defensoria Pública da União no Rio Grande do Sul, em especial aos meus supervisores Laura Fernanda Zacher e Roberto Henrique Sieczkowski Gonzalez, e meus colegas do Setor de Sociologia, por me propiciar, através de seu programa de estágios, oportunidade de crescimento acadêmico, profissional e pessoal. Em particular, por reforçar em mim a convicção da necessidade de construção de alternativas ao modelo vigente.

Agradeço aos meus amigos e colegas, pela parceria nos estudos e na vida. Em particular, agradeço a Gabriela e Luiz, companheiros de todas as horas.

Agradeço à minha irmã, Bibiana, minha mãe, Eliana, e meu pai, Paulo, pelo amor e ensinamentos ao longo de toda minha vida, e por me apoiarem ao longo desses anos de graduação. Tudo que sou, sou graças a vocês.

Agradeço, por fim, à minha companheira, Jaqueline, por seu amor e paciência ao longo de todo esse processo.

Sento-me no chão da capital do país às cinco horas da tarde  
e lentamente passo a mão nessa forma insegura.  
Do lado das montanhas, nuvens maciças avolumam-se.  
Pequenos pontos brancos movem-se no mar, galinhas em pânico.  
É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.  
(ANDRADE, 2017)

## RESUMO

O presente trabalho analisa o desenvolvimento na Teoria do Sistema-Mundo como produzido pelo fluxo de apropriação de mais-valia global, através da divisão internacional do trabalho, fundamentando as divisões entre centro, semiperiferia e periferia na economia-mundo capitalista. Objetiva, assim, explorar como a apropriação a nível global de mais-valia na economia-mundo capitalista produz variações no nível de desenvolvimento das suas diferentes regiões. Para tanto, contextualiza e conceitua seus elementos nas dimensões espaciais e temporais. Define mais-valia e a forma de sua acumulação global, e nesse sentido explora a sucessão de hegemonias capitalistas, em sua relação dialética com o andamento do sistema, permitindo abordar a divisão internacional do trabalho, e como o monopólio sobre finanças e tecnologias permite ao centro do sistema consolidar uma estrutura que assegura a transferência de capitais e mais-valia das outras regiões a ele. Conclui-se, assim, que o desenvolvimento de determinado país ou região na economia-mundo capitalista depende de sua capacidade de acumulação de mais-valia a nível global. Adicionalmente, observa-se que as condições impostas pela estrutura do sistema impedem iniciativas de desenvolvimento autônomo em seus marcos, sendo necessário com elas romper para que um projeto do tipo seja possível.

**Palavras-chave:** Teoria do Sistema-Mundo. Economia-mundo capitalista. Mais-valia global. Divisão internacional do trabalho. Desenvolvimento.

## ABSTRACT

This work analyzes the development in World-System Theory as produced by the flow of appropriation of global surplus value through the international division of labor, creating the divisions between center, semiperiphery and periphery in the capitalist world-economy. It thus aims to explore how the global appropriation of surplus value in the capitalist world-economy produces variations in the level of development of its different regions. To this end, it contextualizes and conceptualizes its elements on its spatial and temporal dimensions. It defines surplus value and the form of its global accumulation, and in this sense explores the succession of capitalist hegemonies, in their dialectical relationship with the system's progress, enabling the approach to the international division of labor, and how the monopoly over finance and technologies allows the center of the system to consolidate a structure that ensures the transfer of capital and surplus value from the other regions to it. It follows that the development of a particular country or region in the capitalist world economy depends on its ability to accumulate surplus value globally. Additionally, it is observed that the conditions imposed by the system structure prevent initiatives of autonomous development by its parts, being necessary to break with them for such a project to be possible.

**Keywords:** World-System Theory. Capitalist world-economy. Global surplus value. International division of labor. Development.



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA: CONTEXTO E CONCEITOS.....</b>	<b>12</b>
2.1	AS DIVISÕES NO ESPAÇO DAS ECONOMIAS-MUNDO .....	15
2.2	AS DIVISÕES NO TEMPO DAS ECONOMIAS-MUNDO.....	18
<b>3</b>	<b>MAIS-VALIA GLOBAL: FLUXOS DE CAPITAL NO SISTEMA INTERESTATAL MODERNO E CONTEMPORÂNEO .....</b>	<b>22</b>
3.1	HEGEMONIAS NA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA.....	24
3.2	A DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO: CENTRO, SEMIPERIFERIA E PERIFERIA.....	29
<b>4</b>	<b>DESENVOLVIMENTO NA TEORIA DO SISTEMA-MUNDO.....</b>	<b>35</b>
4.1	SENTIDOS DAS REVOLUÇÕES NO SISTEMA-MUNDO.....	37
4.2	POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO NAS PERIFERIAS E SEMIPERIFERIAS DO SISTEMA-MUNDO .....	39
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>44</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>48</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho, ao estudar a Teoria do Sistema-Mundo, identifica, através da divisão internacional do trabalho, um fluxo de apropriação de mais-valia global que fundamenta as divisões entre centro, semiperiferia e periferia na economia-mundo capitalista. A diferenciação entre essas regiões sugere uma relação com a ideia de desenvolvimento. Apesar disso, o termo é pouco utilizado no debate, abrindo espaço para uma investigação sobre o seu sentido na e para a Teoria.

O estudo justifica-se, em um primeiro momento, pelo interesse em aprofundar os estudos e difundir a Teoria do Sistema-Mundo. Esta se apresenta como uma teoria crítica de caráter interdisciplinar com capacidade explicativa tanto numa perspectiva de longa duração, como demonstra o trabalho de Braudel (2009), quanto para análises de conjuntura. A partir dela, podem ser traçadas considerações alternativas sobre a relação entre o modo de produção capitalista e o sistema interestatal moderno, possibilitando um novo olhar sobre os alicerces que sustentam o mundo contemporâneo.

Além disso, surge a necessidade de serem pensadas, em uma perspectiva do Sul geopolítico, as estruturas que garantem a um grupo limitado de países fartura material, amplo acesso à cultura, estabilidade política e elevadas condições de vida à população, enquanto o resto do planeta convive com penúria e instabilidade em todas as esferas. Com base nisso, passa a ser possível buscar alternativas que contribuam para um mundo menos desigual, em que toda humanidade tenha suas necessidades atendidas e a dignidade de sua vida respeitada.

Nesse sentido, importam as observações de Wallerstein (1992) e Silver e Slater (2001), que identificam na própria ideia de desenvolvimento, elaborada em particular no pós-Segunda Guerra Mundial através da Teoria da Modernização, um instrumento superestrutural de controle por parte das classes dominantes dos países centrais, particularmente dos Estados Unidos, sobre o resto do Sistema Mundial. Procurava-se demonstrar, nesse sentido, que o caminho para a condição desenvolvida era linear, marcada por etapas que, se seguidas à risca, permitiriam a qualquer país alcançar os mais ricos.

A Teoria do Sistema-Mundo, em contrapartida, propõe ser a desigualdade entre as diferentes regiões da economia-mundo capitalista basilar para seu funcionamento, e as possibilidades de desenvolvimento nos marcos do sistema, assim, limitadas a modelos de desenvolvimento “patrocinado”, em que os interesses do centro o levam a permitir e subsidiar o processo em determinado país. O desenvolvimento autônomo, portanto, só poderia ocorrer a

partir da ruptura com as estruturas e preceitos da economia-mundo capitalista, em processos revolucionários.

Assim, o problema que orienta o presente estudo é como a Teoria do Sistema-Mundo interpreta o desenvolvimento na economia-mundo capitalista. Dessa forma, exploram-se as contribuições da Teoria do Sistema-Mundo em relação ao processo e seu sentido na economia-mundo capitalista. Questiona-se, suplementarmente, a possibilidade de um país modificar sua inserção nos marcos da economia-mundo capitalista, tendo em conta a influência da divisão internacional do trabalho sobre as condições de centro, semiperiferia e periferia, em um sistema que favorece a transferência de mais-valia global aos primeiros, em detrimento dos últimos, conforme elaborado por Amin (1997).

A hipótese aqui defendida é que o desenvolvimento na economia-mundo capitalista é um fenômeno baseado na apropriação de mais-valia global através da divisão internacional do trabalho, em um processo possibilitado pelo controle do centro sobre monopólios financeiros e tecnológicos. É produzida, assim, uma estrutura que posiciona os países no centro, na semiperiferia ou na periferia do sistema, que, adicionalmente, permite identificar sua superação como inviável nos seus marcos.

Com isso em vista, o objetivo principal da pesquisa é explorar como a apropriação a nível global de mais-valia na economia-mundo capitalista produz variações no nível de desenvolvimento das suas diferentes regiões. Com isso em vista, apresentam-se como objetivos secundários:

- a) contextualizar e conceituar a economia-mundo capitalista, fundamentando-a nos preceitos da Teoria do Sistema-Mundo;
- b) estudar como ocorre a apropriação da mais-valia global, através da divisão internacional do trabalho, e sua relação com as hegemonias da economia-mundo capitalista;
- c) analisar o sentido de desenvolvimento na Teoria do Sistema-Mundo, com base nos fluxos globais de capital;
- d) verificar a possibilidade de um país semiperiférico ou periférico desenvolver-se nos marcos da economia-mundo capitalista, e explorar alternativas.

O método utilizado neste trabalho é o descritivo-analítico, pois é realizada uma revisão bibliográfica das contribuições de autores destacados da Teoria do Sistema-Mundo (identificados através da referenciação às suas obras em produções intelectuais da área), com o objetivo de alicerçar a análise a respeito da mais-valia global na economia-mundo capitalista, que aqui se propõe relacionar com o debate sobre desenvolvimento.

Assim, o primeiro capítulo, intitulado “Economia-mundo capitalista: contexto e conceitos”, define elementos da Teoria do Sistema-Mundo, em particular, da economia-mundo capitalista, de forma a orientar a discussão. Fundamenta esta investigação o trabalho de Braudel (2009), cuja proposta de estudo, baseada nos ciclos longos, permite uma visão ampla e aprofundada dos processos que levaram à configuração do sistema-mundo contemporâneo.

Objetivando sistematizar a análise, o capítulo é dividido em duas subseções: “As divisões no espaço das economias-mundo” e “As divisões no tempo das economias-mundo”. Ao desagregar as características das economias-mundo entre suas dimensões espaço-temporais, torna-se possível abordar seus elementos constitutivos individualmente.

O segundo capítulo deste trabalho, intitulado “Mais-valia global: fluxos de capital no sistema interestatal moderno e contemporâneo”, identifica na transferência de recursos das semiperiferias e periferias ao centro o fundamento essencial das desigualdades entre as regiões da economia-mundo capitalista. Para tanto, aborda-se em um primeiro momento a forma como se dá a apropriação de mais-valia na relação entre empregador e empregado, capitalista e proletário, para em seguida explorar como se dá tal expropriação em escala global, nominalmente com base nos monopólios financeiro e tecnológico.

Nesse sentido, estudam-se as “Hegemonias na economia-mundo capitalista” como subcapítulo deste trecho, já que, em sua sucessão, estabelecem uma relação dialética com o sistema, transformando-o e sendo por suas condições transformadas. Resulta da afirmação de uma hegemonia, inclusive, a organização e reorganização dos fluxos globais de mais-valia, conforme se estabelece seu controle sobre os pontos estratégicos de acumulação de capital na economia-mundo.

A partir daí, aborda-se “A divisão internacional do trabalho: centro, semiperiferia e periferia”. Argumenta-se que a desigualdade entre as diferentes regiões do sistema-mundo resulta de processos estruturais de longa duração, que se desenrolam ao longo de séculos, e que definem o papel de cada região e país no contexto interestatal global. Ocorre que algumas atividades econômicas oferecem mais benefícios aos seus executores do que outras, e ao longo do tempo tal desequilíbrio permite a alguns países afirmarem-se não apenas econômica, mas também política, social e culturalmente sobre outros. Passam, assim, a expropriar recursos dos menos beneficiados, especificamente através da apropriação de parte da mais-valia de sua classe trabalhadora.

Com base nos entendimentos elaborados, analisa-se o “Desenvolvimento na Teoria do Sistema-Mundo”, no último capítulo deste trabalho. Explora-se a relação entre desenvolvimento e capacidade de apropriação de mais-valia a nível global, em um movimento

que impacta não apenas o aspecto econômico, mas também político, social e cultural de uma sociedade.

No primeiro subcapítulo desta seção, estudam-se os “Sentidos das revoluções no sistema-mundo”, o que se mostra necessário por dois motivos. Em primeiro lugar, as revoluções são eventos cujo impacto transforma não apenas o país ou região em que tomam lugar, mas o sistema-mundo como um todo. Além disso, elas se apresentam como alternativa aos países que buscam um caminho de desenvolvimento autônomo, mas são limitados pelas estruturas da economia-mundo capitalista.

Finalmente, assinalam-se as “Possibilidades de desenvolvimento nas periferias e semiperiferias do sistema-mundo”, com base nas experiências revolucionárias cubana, norte-coreana e chinesa. Demonstra-se, assim, que um projeto de desenvolvimento autônomo demanda um rompimento em relação às estruturas de controle estabelecidas na economia-mundo capitalista, com essas experiências oferecendo ao sul global alternativas teóricas e intelectuais para tais iniciativas.

## 2 ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA: CONTEXTO E CONCEITOS

A Teoria do Sistema-Mundo é uma abordagem que enfatiza o estudo do sistema capitalista mundial, ao invés das relações estabelecidas entre os Estados nacionais. Para tanto, ela identifica uma clivagem entre os países mais bem posicionados, localizados no centro da dinâmica capitalista, e os menos privilegiados, classificados como semiperiféricos e periféricos. Com base nisso, percebe-se uma relação entre a estrutura proposta por essa escola e o desenvolvimento, pois a utilização de categorias baseadas na desigualdade dos benefícios obtidos com a participação dos diferentes Estados na economia mundial, dada a apropriação e organização dos fluxos globais de mais-valia, leva ao questionamento da possibilidade de modificar sua posição no sistema. Especificamente, faz pensar sob quais condições poderia um país ascender ao seu centro. Para tanto, é necessário estudar os processos que levaram à configuração do sistema-mundo na forma que o conhecemos hoje.

Wallerstein (2009) chama atenção para a importância do debate empírico proposto nas ciências sociais desde o período que antecede a emergência da Teoria do Sistema-Mundo, particularmente entre 1945 e 1970. Desde o século XIX, as ciências sociais são delimitadas com base em sua referência no passado ou no presente, no Ocidente ou nos “Outros”<sup>1</sup>, e nas supostas diferentes esferas da vida moderna (conforme Quadro 1).

Quadro 1 - Divisões das disciplinas de ciências sociais

Passado	Presente	
	Ocidente	"Outros"
História	Economia (mercado)	Antropologia ("primitivos")
	Ciência Política (Estado)	
	Sociologia (sociedade civil)	Orientalismo ("altas civilizações" não-ocidentais)

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Wallerstein (2009).

<sup>1</sup> A utilização de aspas pelo autor nos termos sugere uma crítica às perspectivas eurocêntricas de escolas de pensamento das ciências sociais.

As transformações propiciadas pelo final da Segunda Guerra Mundial desencadearam dois fenômenos que levaram ao questionamento deste modelo. Por um lado, os movimentos de independência dos países africanos e asiáticos sugerem a superação das divisões entre o Ocidente e os então considerados “Outros”, não-ocidentais. Por outro, a expansão no número de universidades, cursos e estudantes de nível superior levou à emergência de novas áreas de conhecimento que desafiavam os até então rígidos limites entre as disciplinas. O resultado combinado desses movimentos foi o surgimento do conceito de desenvolvimento sob a égide da Teoria da Modernização<sup>2</sup>, que o definia como progresso e sugeria uma evolução linear comum a todos os países, da qual o Ocidente representaria o ápice (WALLERSTEIN, 2009).

Tal interpretação lograva a um só tempo justificar as variações de riqueza entre as regiões (como diferenças nos estágios de desenvolvimento), e garantir a separação intelectual das ciências sociais (permitindo o estudo do desenvolvimento como econômico, político ou social). Além disso, esse entendimento apontava que os países menos favorecidos assim o eram por não acompanharem o padrão estabelecido pelos países ditos desenvolvidos, e que a adoção das políticas propostas por estes aceleraria o seu progresso (WALLERSTEIN, 2009).

Perspectivas contrárias à tal interpretação do desenvolvimento não tardaram a emergir, dentre as quais destaca-se a Teoria da Dependência, antecessora da Teoria do Sistema-Mundo. Conforme Parthasarathy (1994) e Martins (2004), um grupo de intelectuais, liderados por Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Orlando Caputo, propôs a Teoria Marxista da Dependência, buscando inspiração nos trabalhos de Paul Baran e Andre Gunder Frank. Tal teoria sublinhava os condicionantes estruturais do subdesenvolvimento, definidos pela relação entre o centro e a periferia do capitalismo. Argumenta-se, por exemplo, que apesar de a segunda metade do século XX ter visto a ascensão de diversos países ao desenvolvimento, com especial destaque para a Coreia do Sul, e os elementos endógenos relacionados a esses processos não serem desprezíveis, seriam as condições externas a eles que merecem enfoque especial (no caso citado, teria cumprido papel central a Guerra do Vietnã<sup>3</sup>).

---

<sup>2</sup> A Teoria da Modernização distingue etapas de desenvolvimento comuns a todos os países: sociedades tradicionais, precondições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa. Um maior nível de desenvolvimento é identificado com a progressiva ocidentalização de uma sociedade em todos os seus aspectos, tomando o padrão europeu e norte-americano como referência política, cultural e econômica (ROSTOW, 1960).

<sup>3</sup> A participação de tropas sul-coreanas na Guerra do Vietnã, por exemplo, foi uma das fontes principais de acumulação primitiva de capital no país, já que seus salários eram pagos ao governo da Coreia do Sul, e em valores iguais aos do exército norte-americano, muito superiores aos locais. Os soldos repassados aos combatentes, contudo, eram os nacionais, permitindo ao país acumular significativas reservas, revertidas às iniciativas que impulsionaram o desenvolvimento nacional. Além disso, a necessidade de conter a influência da Coreia do Norte, socialista, motiva a facilitação do processo. É a coincidência dos condicionantes domésticos e

Martins (2004), Martins e Valência (2001), e Parthasarathy (1994) destacam que outra linha de pensamento sobre a Dependência foi liderada por Cardoso e Faletto, que defendiam que o estudo do conceito deveria partir de uma abordagem histórica-estrutural dos seus condicionantes, através dos conflitos, movimentos sociais e lutas de classe, em que os elementos marxistas eram postos em segundo plano, em favor de uma interpretação weberiana. Resultado disso foi a transformação daquela formulação de Teoria para Metodologia, propondo-se a analisar situações concretas de subdesenvolvimento, em oposição à visão sistêmica do primeiro grupo. Tal mudança de perspectiva sugere a impossibilidade de uma transformação social profunda no curto prazo, favorecendo uma “dependência negociada”<sup>4</sup>, postura que nas décadas seguintes influenciaria os rumos da política brasileira.

No final da década de 1970, contudo, as teorias da dependência perdem terreno, conforme Parthasarathy (1994) e Martins (2004, 2005), dada a impossibilidade de sua versão marxista oferecer soluções aos problemas da região a partir da derrubada do governo Allende, no Chile, e de a “dependência negociada” proposta por Cardoso e Faletto não se mostrar capaz de responder aos questionamentos da academia. Diversas críticas são elaboradas às correntes, buscando no plano doméstico o entendimento e as soluções para o subdesenvolvimento. Após os debates dos anos 1980<sup>5</sup>, a década de 1990 vê o neoliberalismo emergir como hegemônico, sob o Consenso de Washington, que defendia a suspensão dos processos de substituição de importações e a liberalização das economias. Mesmo tendo sido elaborada desde os anos 1970, é nesse momento que a Teoria do Sistema-Mundo passa a ganhar projeção, dado o espaço aberto pela derrocada das Teorias da Dependência e a continuidade de crises sob o neoliberalismo.

Wallerstein (2009) aponta o pensamento de Fernand Braudel, intelectual da Escola dos Annales, como influente à elaboração da Teoria do Sistema-Mundo. O estudioso fornece as bases teóricas e conceituais que são utilizadas para elaborar o entendimento de Sistema-Mundo

---

internacionais que abre caminho para a superação do subdesenvolvimento, que se dá em um contexto de extrema e violenta repressão aos movimentos sociais e trabalhistas (VISENTINI, 2011).

<sup>4</sup> Segundo Martins (2004): “Para eles a política deveria tomar em consideração os limites determinados pela vinculação ao mercado internacional. Essa vinculação situaria não apenas os marcos estruturais, mas também o dinamismo das sociedades dependentes, em torno dos quais a ação política deveria girar. A maior desigualdade se combinaria com o maior crescimento e o modelo político deveria garantir as liberdades democráticas que permitiria aos diversos grupos sociais negociarem a distribuição dos frutos do progresso técnico.”

<sup>5</sup> Conforme Martins (2004), a partir da crise do desenvolvimentismo e das teorias da dependência, formulam-se debates entre estes e o endogenismo (que criticava a dependência por utilizar em uma mesma análise os conceitos de classe e de nação, isolando o plano interno do externo, em uma abordagem marxista dogmática), e o neodesenvolvimentismo (que retoma o tema da industrialização, sob forte inspiração kaleckiana, com alguns autores chegando a afirmar que o subdesenvolvimento fora superado e que as crises eventuais se davam por desequilíbrios entre os setores da economia - principalmente em relação ao de bens de capital).



aplicado neste estudo, com destaque para suas considerações sobre os aspectos espaciais e temporais da economia-mundo capitalista.

## 2.1 AS DIVISÕES NO ESPAÇO DAS ECONOMIAS-MUNDO

O estudo de Braudel (2009) inicia analisando como se apresenta o espaço das economias-mundo. Para o autor, essas superfícies limitadas correspondem a “[...] um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica [...]” (BRAUDEL, 2009, p. 12), sendo também o maior espaço de coerência de relações e atividades humanas, existindo desde os primórdios da civilização. A variação dos seus limites é lenta, pois, para a maior parte dos intercâmbios, ultrapassar suas fronteiras implicaria perdas maiores do que ganhos.

As economias-mundo incluem um único centro, sempre um polo urbano, uma cidade capitalista dominante, que por sua vez é rodeada por cidades-etapa, que apoiam (voluntariamente ou não) o ordenamento imposto pela cidade central. Esta apresenta “[...] precoce e forte diversificação social [...]” (BRAUDEL, 2009, p. 21), com as classes divergindo e acentuando a desigualdade social, pois aí ocorre com frequência carestia e inflação. Essas “cidades-mundo” sucedem-se, dialeticamente transformando a economia-mundo, e assim afetando toda estrutura, já que os elementos que apoiam seu domínio são “[...] navegação, negócios, indústria, crédito, poder ou violência política ...” (BRAUDEL, 2009, p. 25), e suas diferentes combinações e configurações orientam o conjunto, ao mesmo tempo em que as demandas de um sistema em constante renovação favorecem determinadas características.

Ao redor da cidade central, a economia-mundo divide-se em “[...] três categorias pelo menos: um centro restrito, regiões secundárias bastante desenvolvidas e finalmente enormes margens exteriores [...]” (BRAUDEL, 2009, p. 29). Assim:

O centro, o “coração”, reúne tudo o que há de mais avançado e de mais diversificado. O anel seguinte só tem uma parte dessas vantagens, embora participe delas: é a zona dos “brilhantes secundários”. A imensa periferia, com os seus povoamentos pouco densos, é, pelo contrário, o arcaísmo, o atraso, a exploração fácil por parte dos outros. Essa geografia discriminatória ainda hoje logra e explica a história geral do mundo, se bem que esta, ocasionalmente, também crie por si mesma o logro com a sua convivência. (BRAUDEL, 2009, p. 29)

A semiperiferia, região para o autor dos “brilhantes secundários”, em particular, apresenta dificuldades em seu reconhecimento. Sugere-se, assim, que a identificação seja realizada pelos:

[...] critérios dos preços, dos salários, dos níveis de vida, do produto nacional, da renda *per capita*, da balança comercial, pelo menos sempre que os números estão ao nosso alcance.

Mas o critério mais simples, se não o melhor, pelo menos o mais imediatamente acessível, é a presença ou ausência, numa determinada região, de colônias mercantis *estrangeiras*. Quando está bem colocado em determinada cidade, em determinado país, o mercador estrangeiro indica por si só a inferioridade dessa cidade ou país relativamente à economia de que ele é representante ou emissário. (BRAUDEL, 2009, p. 29–30)

As zonas da economia-mundo se organizam hierarquicamente ao redor do centro. Os tipos de ligação entre as diferentes regiões demoram a se transformar, pois os laços comerciais que fundamentam sua variedade, dada a desigualdade das trocas ocorridas, são formados através de séculos e ocasionalmente (re)ordenados em favor de um centro dominante ascendente, que assegura o controle dos pontos estratégicos de acumulação através de quaisquer meios necessários. A economia-mundo, fechada em si mesma, depende de “alavancas” para seu bom funcionamento – o comércio e o crédito são as principais. O próprio nível de preços no centro atua como condicionante para o todo do sistema. Assim, Estados no centro têm de ser fortes, capazes de atuar interna e externamente em favor do poder econômico a eles relacionado (BRAUDEL, 2009).

Sobre as demais esferas do sistema-mundo, além da econômica, o autor nota que:

[...] seria um erro imaginar a ordem da economia-mundo governando toda a sociedade, determinando, por si só, as outras ordens da sociedade. Pois há outras ordens. Uma economia nunca está isolada. O seu território, o seu espaço são os mesmos onde se instalam e vivem outras entidades – a cultura, o social, a política – que incessantemente interferem nela para a favorecer, ou então para a contrariar. (BRAUDEL, 2009, p. 35)

Com a emergência e expansão da economia-mundo capitalista, contudo, “[...] a primazia econômica torna-se cada vez mais pesada: orienta, perturba, influencia as outras ordens. Exagera as desigualdades<sup>6</sup>, encerra na pobreza ou na riqueza os co-participantes da economia-mundo, atribui-lhes um papel e, ao que parece, por muito tempo” (BRAUDEL, 2009, p. 37). Tal fenômeno fundamenta-se na apropriação e organização dos fluxos globais de mais-valia, conforme explorado no próximo capítulo. Graças a isso, fortalece-se a divisão internacional do trabalho, pois as superestruturas que asseguram o condicionamento de cada país ao seu papel passam a ser orientadas pelos elementos materiais das suas relações. Sua evolução, assim:

---

<sup>6</sup> Braudel (2009) destaca o papel do capitalismo como antimercado. Se o mercado se apresenta como o lugar das trocas, onde ocorreriam ganhos normais, o capitalismo favorece os grandes lucros, em uma lógica predatória.

Não é fruto de vocações que se possam considerar “naturais” e óbvias, ela é uma herança, a consolidação de uma situação mais ou menos ancestral, lentamente, historicamente desenhada. A divisão do trabalho em escala do mundo (ou de uma economia-mundo) não é um acordo concertado e revisível a cada momento entre parceiros iguais. Estabeleceu-se progressivamente, como uma cadeia de subordinações que se determinam umas às outras. A troca desigual, criadora da desigualdade do mundo, e, reciprocamente, a desigualdade do mundo, criadora obstinada da troca, são velhas realidades. No jogo econômico, sempre houve cartas melhores do que outras e às vezes, muitas vezes, marcadas. [...]

Moral da História: [...] O passado também tem sempre algo a dizer. A desigualdade do mundo deriva de realidades estruturais, que demoram muito para se instalar – e demoram muito para desaparecer. (BRAUDEL, 2009, p. 37–40)

Analisando a organização das sociedades nas diferentes regiões da economia-mundo, o autor observa sua lenta transformação, estando estreitamente relacionada ao modo de produção com que se defronta, sendo o assalariamento, servidão ou escravidão<sup>7</sup> a melhor solução disponível para o problema econômico em cada zona. O papel do Estado, sob um aspecto de aparente neutralidade, seria garantir o equilíbrio das forças sociais em constante conflito e sua hierarquia, mantendo as classes mais baixas conformadas ao “[...] trabalho e obediência” (BRAUDEL, 2009, p. 51). Fundamentalmente, as diferentes formas de organização se complementam, permitindo o funcionamento do sistema<sup>8</sup>.

Outro elemento organizador do espaço de uma economia-mundo é a cultura, que tende a apresentar elementos compartilhados em toda sua extensão, pelo menos em oposição a economias-mundo vizinhas. Os traços culturais comuns favorecem o estabelecimento de uma rede de trocas, basilar para a existência da estrutura. Da mesma forma, diferenças culturais se impõem como barreiras que dificultam a expansão de uma economia-mundo sobre o espaço de outras circundantes (exemplificado pelo fato de os sistemas de letras de câmbio do mundo cristão e islâmico não serem intercambiáveis na Idade Média). Nada disso implica, contudo, a inexistência de diversidade cultural dentro de uma economia-mundo. Argumenta-se, inclusive, que o centro de uma economia-mundo não é simultaneamente a sua maior fonte de cultura. Esta, segundo o autor, se encontraria na semiperiferia, apesar de o dinheiro, a técnica e a ciência indubitavelmente se localizarem no centro (BRAUDEL, 2009).

Cabem, por fim, considerações a respeito de o motivo de ter surgido na Europa o Sistema-Mundo moderno, na forma de uma economia-mundo, ao invés de um império-mundo. Este, caracterizado pelo domínio de um império sobre uma economia-mundo inteira, seria uma

<sup>7</sup> Independentemente da historiografia tradicional, que apresenta uma sequência etapista de ordenamentos sociais (escravidão, servidão e assalariamento), a Teoria do Sistema-Mundo, baseando-se em observações empíricas, entende a coexistência desses modelos em um mesmo sistema como característica de seu funcionamento.

<sup>8</sup> Para Braudel (2009), o capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado.

formação arcaica resultante de um triunfo da política sobre a economia. Sua consequência era, em geral, o estrangulamento da expansão econômica. As formações políticas da Europa, desde sua Idade Média, impediram que nela se estabelecesse um império-mundo, posicionando-a privilegiadamente para o nascimento e expansão do capitalismo. O fato de muitas semiperiferias conviverem nela em proximidade, pressionando o centro e acelerando seu desenvolvimento, foi determinante nesse sentido, não ocorrendo tal configuração em outras regiões do mundo (BRAUDEL, 2009).

No mesmo sentido, Amin (1997) nota a presença de elementos protocapitalistas em diversos sistema-mundo antigos, que ele denomina tributários, e sua existência sugeria a possibilidade de transição a um modo de produção capitalista. Em todos os casos, contudo, eles se encontravam submetidos às estruturas tributárias dominantes, em que o poder conduzia à riqueza (em oposição ao capitalismo, em que a riqueza garante o poder). A característica europeia de atomização política feudal impôs desafios à submissão do econômico, e a posição periférica do continente em relação aos demais sistemas-mundo afroeuroasiáticos, relacionada ao movimento de expansão que levou à colonização da América, permitiu o rápido amadurecimento dos elementos protocapitalistas, inaugurando um período de transição marcado pelo mercantilismo. Estes (burgueses e camponeses integrados ao sistema mercantil) viriam então, ao se combinar com os vestígios da estrutura feudal de dominação, a estabelecer as bases do Estado absolutista.

## 2.2 AS DIVISÕES NO TEMPO DAS ECONOMIAS-MUNDO

Considerando estar o estabelecimento do sistema-mundo moderno e contemporâneo relacionado à formação da economia-mundo capitalista, Osterhammel e Petersson (2005) investigam o processo de globalização, que resultou na expansão e alcance planetário do sistema. Os autores sustentam que a globalização se inicia entre 1450 e 1500, já que nesse período:

- a) os Portugueses abriram o caminho para a Ásia, tendo estabelecido uma rota que alcançava Macau já em 1557;
- b) uma revolução militar levou ao desenvolvimento de artilharia e armas de fogo;
- c) a colonização das Américas permitiu aos europeus criar novos espaços políticos e econômicos monopolizados, sem enfrentar concorrência de estruturas anteriores (já que eles destruíram as nativas);

- d) ocorreram “migrações” na fauna e na flora ao redor do mundo, levando mesmo a adaptações de sociedades inteiras;
- e) e o desenvolvimento da imprensa de Gutenberg permitiu uma revolução nas comunicações.

Esses elementos, para os autores, fundamentam a globalização pois expandiram as esferas de interação existentes e criaram novas. Uma das principais foi o Atlântico, que se tornou um “lago europeu”. Foi possível, assim, estabelecer *plantations* na região, que mobilizaram o tráfico de africanos escravizados, levando as migrações em massa a um novo patamar. O comércio triangular seria o primeiro exemplo de uma rede ligando a Eurásia e as Américas, com reflexos profundos em todos os lugares em que sua presença se fez sentir, e seus ecos repercutindo em todo o mundo. Por sua vez, a mineração de prata na América espanhola foi a primeira rede de comércio verdadeiramente global, sendo um dos poucos fenômenos capazes de penetrar o isolado Extremo Oriente.

O período a partir de 1750 testemunha as Revoluções Industrial (econômica) e Francesa (política), com ambas tendo impactos graduais no mundo. A industrialização não foi importante apenas por permitir a produção em massa de bens de consumo, mas também por estimular a produção de máquinas e equipamentos complexos, como trens, navios a vapor, e armas e canhões, e, apesar de serem as regiões produtivas limitadas, os bens alcançavam o mundo inteiro. A industrialização da guerra rompeu a “democracia” do mosquete e garantiu vantagens às principais potências. A industrialização dos transportes foi ainda mais significativa, reduzindo o tempo para o comércio e rapidamente definindo as principais linhas de frete mundial, tanto por via naval quanto ferroviária. Outra invenção de impacto foi o telégrafo, que aumentou em 10 mil vezes a velocidade da informação entre a Europa e os Estados Unidos, e separou a velocidade da informação da dos bens, desenvolvendo os mercados financeiro e de *commodities* (OSTERHAMMEL; PETERSSON, 2005).

Para Osterhammel e Petersson (2005), os elementos relevantes ao estudo da integração devem se estender além dos econômicos (apesar de estes serem os primeiros sentidos pela maior parte das pessoas), que sugeririam que o período entre 1880 e 1945 passou por uma fase de integração e posterior afastamento. Alguns dos elementos que permitiram uma contínua aproximação ao longo de todo período foram a popularização da mídia de massa (e alfabetização) e revolução nas comunicações, a transformação da percepção do tempo, e a revolução nos transportes. Isso levou a uma mudança na forma de entender o mundo e seus acontecimentos, criando um sentido de simultaneidade nos eventos, ao invés de uma visão limitada às ocorrências imediatas das vidas das pessoas. Três outros elementos reforçam o

entendimento da integração econômica mundial como um fenômeno complexo: a interconexão entre os fluxos de trabalho, capital e bens; a consolidação das redes comerciais e acordos multilaterais relativos ao balanço comercial e de pagamentos; e a adoção de iniciativas internacionais nos diversos âmbitos necessários ao funcionamento da economia global, como infraestrutura, comunicações, e política monetária.

A região de mais intensa interação foi o Ocidente, de forma tal que mesmo os eventos que pareceriam estritamente domésticos impactavam profundamente na economia global. Era essa região o centro produtor de bens de consumo e produção, do que resultava não ser apenas exportadora destes, mas também de capitais e tecnologias. Com isso, a desigualdade de riqueza entre os centros e as periferias em 1913 chegou a uma relação de 10:1 (em 1820 era de 3:1). Nota-se que a globalização não ocorreu entre economias nacionais já estabelecidas, mas sim de forma paralela e simultânea à sua formação, cabendo destacar as reações que provocou, com o protecionismo voltando a ser dominante a partir de 1878 (seguindo o pensamento de List). Resultado disso foi a politização da globalização (já que as novas barreiras não eram grandes a ponto de impedir o processo), que se tornou um elemento utilizado para fortalecer o poder estatal como um instrumento a ser controlado e utilizado em favor do interesse nacional (OSTERHAMMEL; PETERSSON, 2005).

Braudel (2009) situa, nesse contexto, as divisões temporais dentro da economia-mundo europeia, buscando “[...] a unidade temporal de referência mais longa e que, a despeito da sua duração e das múltiplas alterações, conserva, ao longo do tempo, uma inegável coerência” (BRAUDEL, 2009, p. 58). Para isso o autor se vale dos ritmos conjunturais da economia, destacando a validade da observação das variações dos níveis de preços para a comprovação da integração de determinada área em uma economia-mundo, o que ao mesmo tempo torna possível estudar como alterações no centro afetam as demais regiões. Dos ciclos econômicos conhecidos, é destacado o ciclo (ou tendência) secular<sup>9</sup>:

Um ciclo secular, como qualquer outro ciclo, tem um ponto de partida, um pico, um ponto de chegada, mas sua determinação, dado o traçado pouco acidentado da curva secular, mantém-se bastante aproximativa. Se pensarmos em seus picos, diremos *cerca de 1350, cerca de 1650...* Segundo os dados atualmente admitidos, distinguem-se quatro ciclos seculares sucessivos no que se refere à Europa: 1250 [1350] 1507-1510; 1507-1510 [1650] 1733-1743; 1733-1743 [1817] 1896; 1896 [1974?].... A primeira e a última data de cada um desses ciclos marcam o início da subida e o fim da descida; a data média entre colchetes assinala o ponto culminante, lugar das inversões da tendência secular, o que equivale a dizer *da crise*. (BRAUDEL, 2009, p. 65)

---

<sup>9</sup> Denominado pelo autor *trend* secular.

Nota-se, na análise do autor, a inclusão de um período de tempo que antecede a emergência do capitalismo enquanto economia-mundo. Isso ocorre dada a referência nos níveis de preços, indicando uma precoce integração das economias locais europeias, relacionada à crescente importância adquirida pelo comércio a partir das crises do feudalismo. Com isso, por volta de 1350, estabelece-se um papel predominante das cidades italianas, particularmente Veneza, na formação da economia-mundo europeia. Por volta de 1650, por sua vez, emerge Amsterdam como centro dos fluxos europeus, e 1817 define a hegemonia britânica sobre a economia-mundo capitalista. Braudel (2009) vê no período inaugurado em 1974 uma nova crise sistêmica, podendo levar a uma reorganização e recentramento.

Cabe observar, também, que os momentos de crise sistêmica não são os únicos em que o estabelecimento de uma hegemonia se torna possível. Arrighi (1996) oferece uma cronologia das hegemonias europeias que inclui as potências que organizaram seu domínio em inversões positivas do *trend* secular. Assim, além das já relacionadas, são citadas as hegemonias espanhola (que emerge por volta dos anos 1500), e estado-unidense (originada no início do século XX). A inversão cíclica da metade do século XVIII é marcada pela disputa entre França e Inglaterra pela supremacia no sistema, sinalizando um momento de particular desorganização da economia-mundo europeia. Tal fenômeno é parte do debate a respeito do marco temporal que indica a ascensão do capitalismo enquanto economia-mundo<sup>10</sup>.

O comportamento das diferentes esferas da vida ao longo dos ciclos seculares varia conforme flutua o *trend* secular. Braudel (2009) nota que, quando sua trajetória é positiva, todo o sistema é beneficiado, e se fundam as bases para um novo recentramento. Apesar disso, o aumento da produtividade leva a um descompasso entre a inflação e os salários, piorando as condições de vida da população. Quando ela é negativa, por outro lado, os países se tornam mais protecionistas, acarretando uma maior desigualdade entre as regiões. Ao mesmo tempo, a desaceleração da acumulação aproxima os salários dos níveis de preços, beneficiando a população. O autor chama a atenção para o fato de que antes da Revolução Industrial todas as crises acarretavam uma redução demográfica que reforçava as vantagens para a população sobrevivente, mas que a partir dela esse deixa de ser o caso, podendo anular os efeitos anteriormente descritos da crise sobre o povo e fazendo recair sobre ele suas piores consequências.

---

<sup>10</sup> Tal debate é abordado no capítulo 3 deste trabalho.

### 3 MAIS-VALIA GLOBAL: FLUXOS DE CAPITAL NO SISTEMA INTERESTATAL MODERNO E CONTEMPORÂNEO

O presente capítulo busca explorar como o centro se diferencia das demais regiões. Particularmente, estuda-se como é mantida a diferenciação entre os países ditos desenvolvidos e os demais, no que é identificada a importância da transferência de mais-valia das periferias e semiperiferias para o centro como determinante para o fenômeno. Assim, em um primeiro momento, é necessário abordar o próprio conceito de mais-valia no capitalismo, para que se possa então analisar seu impacto na economia-mundo moderna.

A dinâmica do modo de produção capitalista é ditada, de acordo com o materialismo histórico-dialético de Marx (1996b), pela contradição entre capital e trabalho, expressa historicamente através da luta de classes. A natureza competitiva do sistema impõe à classe capitalista dominante a necessidade de constante acumulação de capital para sua reprodução, da mesma forma que passa a ser obrigatório ao proletário vender sua força de trabalho para suprir suas necessidades. Todos acabam submetidos, assim, à lógica capitalista de mercado, que redundna na necessidade de apropriação de mais-valia para seu funcionamento.

A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. Se for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, então um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera nada na relação. (MARX, 1996b, p. 138)

A mais-valia, que Marx (1996b) indica ser o valor produzido pelo trabalhador e apropriado pelo capitalista que excede o trabalho necessário ao seu e de seus dependentes (mais-trabalho), pode ser absoluta ou relativa. A mais-valia absoluta é a produzida pelo aumento da jornada de trabalho: suponha-se, por exemplo, que o proletário trabalhe 8 horas/dia, e que 4 dessas horas sejam suficientes para produzir o valor que corresponde ao seu salário; as outras 4 horas correspondem a mais-valia apropriada pelo capitalista. Se sua carga-horária for expandida para 10 horas, então 6 horas de mais-trabalho serão executadas. A mais-valia relativa, por sua vez, representa o diferencial do modo de produção capitalista, pois decorre do aumento da produtividade do trabalhador, em um processo dialético com a revolução constante dos meios de produção. Com tal fenômeno, o tempo de trabalho necessário à geração do valor



correspondente ao salário do empregado, em nosso exemplo hipotético, e supondo uma duplicação da produtividade do trabalho com a manutenção da jornada de 8 horas, não será mais 4 horas, mas sim 2 horas, permitindo que a mais-valia apropriada passe a corresponder a 6 horas de trabalho sem alteração na carga-horária.

De certo ponto de vista, toda diferença entre mais-valia absoluta e mais-valia relativa parece ilusória. A mais-valia relativa é absoluta, pois condiciona um prolongamento absoluto da jornada de trabalho além do tempo de trabalho necessário à existência do próprio trabalhador. A mais-valia absoluta é relativa, pois condiciona um desenvolvimento da produtividade do trabalho, o qual permite limitar o tempo de trabalho necessário a parte da jornada de trabalho. Observando-se, porém, o movimento da mais-valia, desfaz-se essa aparência de identidade. Assim que o modo de produção capitalista esteja estabelecido e se tenha tornado modo geral de produção, a diferença entre mais-valia absoluta e relativa torna-se sensível tão logo se trate de aumentar a taxa de mais-valia em geral. Pressupondo-se que a força de trabalho seja paga por seu valor, encontramos-nos diante destas alternativas: dada a força produtiva de trabalho e seu grau normal de intensidade, só é possível aumentar a taxa de mais-valia mediante prolongamento absoluto da jornada de trabalho; por outro lado, dada a limitação da jornada de trabalho, só é possível aumentar a taxa de mais-valia mediante mudança da grandeza de suas partes integrantes, trabalho necessário e mais-trabalho, o que, por sua vez, se o salário não deve cair abaixo do valor da força de trabalho, pressupõe mudança na produtividade ou na intensidade do trabalho. (MARX, 1996b, p. 139–140)

Apesar de a apropriação de mais-valia ser característica do modo de produção capitalista em sua totalidade, Amin (1997) nota que nas periferias e semiperiferias do sistema a exploração é maior, com parte dela sendo direcionada ao centro. Disso depreende-se, a nível mundial, uma divisão entre um exército ativo (o proletariado do centro) e um exército de reserva (o proletariado das periferias e semiperiferias). Em outras palavras, a condição de sobre-exploração do trabalho no resto do mundo logra garantir melhores condições de vida e pacificar os trabalhadores do centro.

Além de resultar na adoção de estratégias anticapitalistas diferentes em cada região (socialdemocracia no centro e revolução na periferia)<sup>1</sup>, assegura-se assim a continuidade de uma polarização na economia-mundo capitalista e a concentração de recursos nos países ditos desenvolvidos, que através da divisão internacional do trabalho logram controlar e organizar a seu favor o sistema como um todo, mantendo suas vantagens em relação aos demais. Do conceito de polarização:

[...] se depreendem no mínimo as seguintes proposições: a] em geral, a exploração do trabalho nas periferias é muito mais intensa nas periferias do que no centro (o diferencial na remuneração do trabalho – assalariado e outros – é muito mais amplo que o diferencial das produtividades). O produto desta sobre-exploração, que

<sup>1</sup> Em particular, a questão das revoluções será tratada no próximo capítulo.

beneficia o capital, que domina o conjunto do sistema, se transfere em parte aos centros, através das trocas comerciais, e se reforça com as migrações de capital e trabalho. O discurso dominante, que busca negar ou minimizar os efeitos desta transferência, não passa de uma legitimação ideológica, que pretende ocultar os vínculos intrínsecos entre o capitalismo e a polarização; b] por si só, a transferência de valor em detrimento das periferias constitui uma força capaz de reproduzir e aprofundar a polarização, pelo peso negativo gigantesco que representa às periferias, por mais que, nas estatísticas, possa parecer por vezes menor, em comparação ao excedente gerado pelos centros; c] as vantagens que beneficiam o centro não se produzem exclusivamente, nem sequer principalmente, pela organização mais eficaz de seu trabalho (produtividade do trabalho muito mais elevada); também se produzem pelo poder monopolístico que os centros exercem na divisão mundial do trabalho. (AMIN, 1997, p. 69, tradução nossa)

Faz-se necessário, a partir disso, estudar o ciclo de hegemonias na economia-mundo capitalista, cuja sucessão estabelece uma relação dialética com a evolução do próprio sistema, transformando-o e sendo por suas mudanças influenciado. Com base nos entendimentos assim sugeridos, torna-se possível abordar como a divisão internacional do trabalho permite ao centro organizar o mundo em seu favor, apropriando-se da mais-valia das periferias e semiperiferias de forma a manter seu próprio desenvolvimento.

### 3.1 HEGEMONIAS NA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA

Ao longo da história da economia-mundo capitalista, identifica-se uma sucessão de Estados hegemônicos, que Arrighi (1996, p. 27) define como países que adquiriram a capacidade de “[...] exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas”. O autor nota que a hegemonia depende tanto da competição entre Estados quanto da sua necessidade coletiva de se afirmar frente aos seus cidadãos, podendo, basicamente, encontrar justificação na defesa dos Estados contra os cidadãos ou dos cidadãos contra os Estados. É, também, necessária a existência de uma certa medida de caos sistêmico para que tal liderança possa ser admitida, contribuindo para o convencimento dos demais atores de que a aceitação da hegemonia é menos custosa do que a competição desregrada.

Arrighi (1996) e Silver e Slater (2001), apontam que podem ser identificados cinco ciclos hegemônicos fundamentados em formações capitalistas modernas: o de Veneza, o da Espanha, o dos Países Baixos, o da Inglaterra e o dos Estados Unidos. Os autores argumentam, contudo, que apenas a partir da ascensão holandesa emergem o sistema interestatal moderno e o capitalismo como sistema mundial. Em primeiro lugar, isso se deve ao fato de ter interessado às elites capitalistas holandesas o fim do sistema medieval (defendido pela Espanha), diferentemente do caso italiano. Outro elemento importante foi a base da rede holandesa de

poder, ligada ao comércio e finanças dos impérios coloniais, o que oferecia resiliência e capacidade de acumulação muito superiores às da veneziana, que era a parte final de um circuito comercial cuja maior parte ela não controlava<sup>2</sup>. Também, as inovações das forças armadas de Nassau contribuíram para a hegemonia dos Países Baixos, que ao propagá-las levaram ao reforço do equilíbrio relativo de poder na Europa, fortalecendo os Estados frente aos seus cidadãos no processo. Por último, o fato de o capitalismo holandês incorporar elementos territorialistas<sup>3</sup> ofereceu vantagens à sua oligarquia na navegação das teias políticas europeias, lhe conferindo melhores capacidades administrativas e de gestão.

Em contrapartida, Teschke (2003), argumenta que o capitalismo teria surgido como resultado inesperado dos conflitos de classe na Inglaterra medieval, e a primeira hegemonia capitalista moderna a ser considerada seria a britânica. O autor, que investiga a transição do sistema medieval ao moderno com base nas mudanças nos regimes de propriedade, sustenta que o capitalismo é caracterizado por uma divisão entre uma classe de produtores, separados dos meios de produção, e outra de não-produtores, detentores destes. A emergência de um regime capitalista de propriedade resulta em regras objetivas de reprodução para ambas as classes, que se tornam dependentes do mercado para tanto. Para este autor, o estabelecimento do sistema de Estados europeu antecedeu o surgimento do capitalismo, mas teve sua realidade transformada pela expansão deste, nominalmente ao longo do século XIX.

Também Amin (1997), ao relacionar a característica cíclica do sistema com as alterações de natureza inovativa (econômica ou de outro tipo) que permitiram uma expansão do capitalismo a nível mundial, destaca que buscar tais ciclos antes de 1800 implica uma desconexão entre a base econômica e a superestrutura político-ideológica. Para o autor, o aspecto fundamental da sucessão de hegemonias capitalistas é a dialética entre o nacional e o sistema mundial. Por isso, o autor entende que só pode ser observada uma hegemonia a partir do século XIX, sob os britânicos, com seu domínio financeiro e industrial. Ainda assim, não pode ser desconsiderada a posição inglesa frente ao equilíbrio europeu.

No mesmo sentido, Osterhammel e Petersson (2005) alertam contra a interpretação da hegemonia holandesa como a primeira do sistema mundial moderno, destacando quatro elementos como fundamentais para o entendimento do motivo de uma economia global ter emergido apenas no século XIX:

---

<sup>2</sup> O trecho dominado por Veneza, o comércio mediterrâneo, era a última parada da Rota da Seda, que partia da China e atravessava outros Impérios-Mundo.

<sup>3</sup> Em oposição ao modelo da cidade-estado Veneza, que se fundamentava quase exclusivamente no controle do comércio, os Países Baixos disputavam também o controle de territórios.

- a) as migrações mundiais ocorreram em um nível nunca antes visto, e com as novas tecnologias de transporte e comunicação o contato foi mantido com suas terras natais;
- b) entre 1800 e 1913 o comércio aumentou em 25 vezes, em um ritmo superior ao aumento da produção, com os países industrializados organizando essa integração econômica em seus termos;
- c) a revolução dos transportes permitiu a circulação de *commodities* por longas distâncias, conectando seus centros de produção, comércio e consumo, permitindo a criação de um único mercado global;
- d) passa-se a observar ciclos econômicos que afetam o mundo inteiro, demonstrados pela depressão e subsequente *boom* da economia global a partir da metade do século XIX.

Analisando as consequências do caos sistêmico que culminou nas duas Guerras Mundiais, os estudiosos passam a concordar que os Estados Unidos assumiram a hegemonia. Osterhammel e Petersson (2005) notam que eles alcançaram sua posição de liderança sem que necessariamente a tenham conscientemente buscado, considerando sua hesitação em se envolver na política e economia mundial. Ela foi eventualmente obtida não apenas pela via econômica, mas também dados seus traços culturais:

Produção em massa, consumo em massa, e cultura de massa eram as palavras de ordem que eram associadas ao “Americanismo” naquele período. A habilidade da indústria estado-unidense de produzir em massa bens padronizados, a administração científica de Frederick Taylor, e a produção em linha de montagem de Henry Ford fascinavam a Europa e prometiam criar lucros excedentes que seriam divididos entre os empregados e o empregador. Como motor da produção em massa, o consumo em massa parecia abrir as portas para a prosperidade e a paz social. [...] Mais controversas do que o Taylorismo e o Fordismo eram as mudanças sociais e culturais que eram interpretadas como sendo parte da “Americanização” que ocorria desde o final do século XIX mas especialmente desde a década de 1920. [...] Os produtos da indústria de entretenimento norte-americana se mostraram muito menos difíceis de propagar através de fronteiras. Na sociedade imigrante estado-unidense, formas de produção cultural haviam evoluído que eram fáceis de comercializar pois faziam uso de expressões idiomáticas inteligíveis através de barreiras culturais e aplicavam as mais novas tecnologias para gravação de sons e imagens. (OSTERHAMMEL; PETERSSON, 2005, p. 108–109, tradução nossa)

A Segunda Guerra Mundial, por sua vez, tornou os Estados Unidos em definitivo os iniciadores dos movimentos econômicos, políticos e culturais globais, por três motivos. Em primeiro lugar, eles passaram a se perceber como grande potência, necessitando controlar regiões geoestratégicas e economicamente importantes. Além disso, tendo sido a guerra um conflito profundamente ideológico, e a proposta Aliada vitoriosa, com papel importante do país, iniciou-se um programa global de integração para reconstrução das sociedades, economias e

relações internacionais<sup>4</sup>. Por fim, o fato de a economia estado-unidense ter sido a grande fonte de recursos para a guerra aliada os levou a desenvolver ainda mais as técnicas de produção em massa, influenciando os programas de reconstrução no resto do mundo. Com o final da guerra os vitoriosos ocidentais buscaram criar uma nova ordem mundial, com uma proposta de modernização global sob a liderança dos Estados Unidos (OSTERHAMMEL; PETERSSON, 2005).

Silver e Slater (2001) também destacam que, com o final da Segunda Guerra Mundial, a concentração de poder militar e financeiro nos Estados Unidos lhes posicionavam estrategicamente para assumir a condição de *hegemon*<sup>5</sup>, mas para tanto era necessário oferecer uma resposta ao desafio representado pela insatisfação social. Isso só seria possível ao não apenas reprimir e solapar o poder de barganha dos grupos subalternos da hegemonia norte-americana, mas também propor reformas que permitissem a cooptação deles, em um modelo inspirado na experiência do *New Deal*. Esta não apenas ensinou às elites norte-americanas a importância da intervenção do Estado como garantidor da ordem, segurança e justiça para o povo, como também sugeriu o tipo de instituição a ser utilizada para esvaziar as questões sociais e políticas problemáticas: órgãos reguladores “neutros”, que transformassem esses desafios em problemas técnicos.

Os dois conflitos sociais e políticos mais voláteis dos primeiros anos do pós-guerra foram o conflito entre o trabalho e o capital nos países metropolitanos e a revolta anti-imperialista nas colônias. Estes foram reformulados como problemas técnicos de ajuste macroeconômico e de crescimento e desenvolvimento econômicos - problemas que poderiam ser superados pelo uso de conhecimentos científicos e técnicos, com o respaldo do planejamento governamental. (SILVER; SLATER, 2001, p. 213).

Com base nisso, Silver e Slater (2001) apontam que a temática do desenvolvimento foi um recurso utilizado pelos Estados Unidos em sua busca pela hegemonia, para afastar a Ásia e África, em processo de independência, da influência socialista. Surge, nesse contexto, a Teoria da Modernização, que alegava que o desenvolvimento se dava através de uma série de etapas, de acordo com a experiência ocidental, que poderiam ser seguidas por todos os países e os permitiria alcançar as condições, principalmente, econômicas, mas também políticas e sociais associadas aos países do centro. Com essa promessa, os norte-americanos buscavam cooptar os países da periferia, em um movimento necessário para se afirmar:

---

<sup>4</sup> Como exemplificado pelo Plano Marshall.

<sup>5</sup> Aquele que estabeleceu sua hegemonia.

Assim como o conflito trabalho-capital foi reformulado como um problema técnico, relacionado à capacidade de o governo reativar a economia em moldes keynesianos, garantindo maior crescimento e produtividade, a “negociação justa” de Truman reformulou o conflito norte-sul [...]. O próprio conceito de desenvolvimento foi uma “invenção” do período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial – a resposta norte-americana à necessidade de exercer a liderança [...]. (SILVER; SLATER, 2001, p. 215)

No mesmo sentido, Amin (1997) contesta a proposta de interpretação do desenvolvimento oferecida pela Teoria da Modernização, com a constatação da inescapabilidade da polarização sob o capitalismo, fundamentalmente pela impossibilidade de integração tridimensional (mercadorias, trabalho e capital) do mercado mundial. O autor alerta contra a noção de que o desenvolvimento não pode se dar de forma autônoma, apenas nos marcos do sistema, sublinhando a diferenciação entre desenvolvimento e expansão capitalista, no que reforça a insustentabilidade do sistema, dos pontos de vista ecológico e social. Considera aquele um conceito crítico ao capitalismo (diferentemente do propugnado por Bandung, que queria “alcançar” o centro, e mesmo o dos Estados socialistas, em que se buscava conciliar uma nova sociedade com ideais econômicos capitalistas).

Ocorre que, desde a década de 1970, conforme apontado por Wallerstein (1992, 2003) e Arrighi e Silver (2001) uma série de fenômenos apontam para a erosão da hegemonia estadunidense. Destaca-se a ascensão de rivais econômicos capazes de competir frontalmente com os Estados Unidos (naquele momento, a Europa Ocidental e o Japão), os movimentos contestatórios mundiais de 1968 (que minaram as bases ideológicas do acordo de Yalta), e a derrota na Guerra do Vietnã. Outro marco da crise hegemônica é a financeirização do capitalismo mundial, apontado por Arrighi (1996) como, a um mesmo tempo, resultado e causa de uma insegurança central para a perda de legitimidade da liderança global:

[...] quando os agentes capitalistas não têm expectativa de aumentar sua própria liberdade de escolha, ou quando essa expectativa é sistematicamente frustrada, o capital *tende* a retornar a formas mais flexíveis de investimento – acima de tudo, à sua forma monetária. Em outras palavras, os agentes capitalistas passam a “preferir” a liquidez, e uma parcela incomumente grande de seus recursos tende a permanecer sob forma líquida.

Essa segunda interpretação está implícita na caracterização braudeliana da “expansão financeira” como um sintoma da maturidade de determinado desenvolvimento capitalista. Ao discutir a retirada dos holandeses do comércio em meados do século XVIII para se transformarem nos “banqueiros da Europa”, Braudel sugere que essa retirada é uma tendência sistêmica recorrente em âmbito mundial. [...]

Depois da igualmente fantástica aventura do chamado fordismo-keynesianismo, o capital dos Estados Unidos tomou um rumo semelhante nas décadas de 1970 e 1980. (ARRIGHI, 1996, p. 5)

Para Wallerstein (1992, 2003), em um primeiro momento, buscou-se contrabalançar esse movimento através da cooptação de europeus e asiáticos, utilizando-se da ameaça comum representada pela União Soviética (através do comunismo) e pelo Terceiro Mundo (através do seu crescimento econômico). Não obtendo sucesso, recorreu-se ao Consenso de Washington. Apesar disso, o declínio relativo continuou, e assim vivemos uma nova fase de caos sistêmico, cuja resolução depende, para o autor, das soluções encontradas para as crises gêmeas<sup>6</sup> dos movimentos antissistema e das ciências. Essas se desenrolam sobre o campo de batalha mais amplo da cultura, cujas transformações serão parte fundamental da transição que o sistema atravessa.

### 3.2 A DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO: CENTRO, SEMIPERIFERIA E PERIFERIA

Inicialmente, destaca-se que não será estudada a divisão internacional do trabalho como abordada por escolas teóricas econômicas associadas ao liberalismo, mas sim a partir da interpretação de autores ligados à Teoria do Sistema-Mundo. Por isso, mais do que os intercâmbios estabelecidos entre países, analisam-se as relações entre as diferentes regiões da economia-mundo capitalista, abordando a forma como se dá a apropriação de mais-valia global que permite ao centro manter suas vantagens frente ao resto do sistema.

Ressalta-se, com base em Amin (1997), a diferença entre o mercado e o mercado capitalista, cuja relevância é destacada quando se identifica que as diferentes regiões do mundo antigo não se encontravam isoladas. Por isso, também, o autor vê na indústria a forma “acabada” do capitalismo, por provocar rupturas definitivas em relação ao modelo anterior, destacando assim a estreita relação entre o modo de produção capitalista e o sistema-mundial. Lembra-se que o capitalismo é mais do que a associação da propriedade privada, do assalariamento e das trocas comerciais, combinação encontrada em muitos locais do mundo antigo. O “[...] capitalismo somente existe quando o nível de desenvolvimento das forças produtivas implica a fábrica moderna, que utiliza equipamentos mecânicos pesados e não equipamentos artesanais” (AMIN, 1997, p. 62). Em épocas ainda mais recentes, ele se expressa também através da financeirização, conforme argumenta Arrighi (1996).

A partir daí emergem duas características fundamentais do mundo moderno, a urbanização e a revolução agrícola, aumentando exponencialmente a produtividade, a tal ponto

---

<sup>6</sup> Assim denominadas por terem sua gênese nos mesmos fenômenos, no mesmo espaço temporal, e dependerem uma da outra.

que a lógica do lucro passa a ser o fundamento da decisão econômica, em um contexto além do artesanal. Isso leva o autor a concluir que a única forma de estudar adequadamente o capitalismo mundial é combinando as perspectivas de modos de produção e do sistema-mundo, já que o mundo moderno é baseado na economia-mundo capitalista:

Na interpretação do marxismo que denominei livresca, surgiu um dogmatismo que sustentou durante muito tempo que a especificidade dos modos de produção constituía toda a realidade. Neste dogmatismo, cada sociedade era estudada em separado, e se rejeitava a possibilidade de existência de um sistema mais amplo. O capitalismo moderno se reduzia às dimensões de uma justaposição de sociedades capitalistas locais (nacionais) que se definiam de maneira exclusiva por sua estruturação social interna. O próprio conceito de polarização no seio do sistema mundial era dessa forma eliminado de antemão do campo de estudo. Por sua parte, a análise em termos de sistema mundial partia precisamente de uma intenção de responder a outro questionamento: a que se deve a polarização mundial? (AMIN, 1997, p. 64, tradução nossa)

O autor aqui propõe uma interpretação alternativa às mais ortodoxas do marxismo, e aponta a necessidade de compreender sua relação estrutural com o moderno sistema de Estados.

Mas não era necessário jogar fora a criança com a água do banho, ou seja, desvalorizar o conceito de modo de produção (o capitalista entre outros) para passar a não ver mais do que o sistema mundial (neste caso moderno e capitalista). Pelo contrário, era necessário reforçar a análise em termos de especificidade do modo de produção capitalista, para completá-lo com a de sua dimensão sistêmica mundial. As definições ocasionalmente propostas para o sistema da economia-mundo capitalista sofrem deste preconceito, hostil ao conceito de modo de produção. Tais definições são então, obrigatoriamente, demasiadamente vagas; é o que acontece quando se define a economia-mundo como a associação de um sistema político interestatal e uma economia que rebaixa os Estados (mas então de que “economia” se trata?). (AMIN, 1997, p. 64, tradução nossa)

Nesse sentido, Amin (1997) argumenta haver três elementos complementares de especificidade no mundo capitalista moderno. O primeiro se relaciona ao fato de a lei de valor capitalista passar a reger todo sistema moderno, não apenas a economia. Com isso, a regra deixa de ser o comando da riqueza pelo poder, para passar a ser o comando do poder pela riqueza, estimulando o crescimento das forças produtivas. O segundo baseia-se no fato de o capitalismo ser o primeiro sistema verdadeiramente global, implicando todos os atores nele envolvidos se integrarem a uma divisão internacional do trabalho, de acordo com uma lei do valor mundial. Esta, por sua vez, leva a uma terceira característica, que é a polarização necessária ao processo de acumulação em escala mundial:

Prefiro analisar o sistema mundial com o conceito inequívoco de polarização, que significa que os centros produzem este sistema em seu conjunto e moldam a



modernidade subalterna das periferias, no entendimento de que esta expansão mundial não é apenas sinônimo de desenvolvimento hierarquizado da modernidade, mas também de processo de destruição daquelas partes que se tornam disfuncionais ou que não cabem na lógica global. (AMIN, 1997, p. 71, tradução nossa)

Investiga-se, assim, a questão da polarização no sistema-mundo, que Amin (1997) identifica:

- a) como imanente ao processo de expansão capitalista, “[...] pois o modo de produção capitalista supõe um mercado integrado tridimensional (de mercadorias, capital e trabalho) [...]” (AMIN, 1997, p. 65, tradução nossa), enquanto o mercado mundial é integrado apenas na circulação de mercadorias e capital (permitindo a diferenciação entre o centro e as periferias e semiperiferias do sistema);
- b) o fundamento dessa diferenciação é econômico, assim como a relação entre as diferentes regiões;
- c) essa divisão se traduz, no mundo moderno, nos diferentes níveis de industrialização das regiões, o que leva a sua equiparação com a ideia de desenvolvimento.

Ao pensar possíveis alterações na polarização, Amin (1997) observa o recente processo de industrialização de algumas periferias, levando-o a concluir que o mundo tende a tornar-se globalmente industrializado, afetando o processo de acumulação mundial. Identifica-se, a partir daí, que a polarização se dá a partir de outros fenômenos que não a troca desigual:

- a) fuga de capitais das periferias ao centro;
- b) migração seletiva;
- c) monopólio do centro sobre a divisão internacional do trabalho.

Dessa forma, a polarização impede pensar a vantagem dos centros sem se referir à sua posição no sistema mundial, já que mesmo a sua desindustrialização relativa é justificada pela manutenção dos monopólios<sup>7</sup>, garantindo a continuidade da divisão e destacando não ser a industrialização o fundamento da diferenciação entre os atores na economia-mundo capitalista, mas sim esses monopólios.

Nesse sentido, sublinha-se ser característica do modo de produção capitalista, e, portanto, da economia-mundo capitalista, a necessidade de acumulação contínua de capital. No período mercantilista isso ocorre principalmente através da expansão territorial, destacando sua diferença em relação ao modelo que emerge a partir da Revolução Industrial. A partir de Teschke (2003), entende-se que a tendência à conquista de novos espaços, observada

---

<sup>7</sup> Para Amin (1997), monopólios são os instrumentos que permitem ao centro excluir o resto do mundo do acesso a riquezas. No mundo contemporâneo, eles seriam “[...] o monopólio das tecnologias e o monopólio das finanças mundializadas” (AMIN, 1997, p. 68, tradução nossa).

especialmente nos Estados da semiperiferia, é herdada do feudalismo, já que no período era a posse de terras que garantia poder e privilégios às classes dominantes, e a demanda por bens essenciais às conquistas mobilizava o comércio de longa distância e o crescimento das cidades.

Assim:

Ao mesmo tempo, esses Estados têm diante dos olhos o sucesso dos Estados mercantis mais bem colocados do que eles na encruzilhada dos tráficos; eles têm consciência da sua posição inferior, de modo que, para eles, o grande negócio é chegar a qualquer preço à categoria superior, elevar-se até o centro. Por um lado, procurando copiar o modelo e apropriar-se das receitas do sucesso: essa foi durante muito tempo a idéia fixa da Inglaterra em face da Holanda. Por outro lado, criando e mobilizando os rendimentos e os recursos exigidos pela condução das guerras e pelo luxo da ostentação que, afinal, também é um meio de governar. É um fato que todo Estado que só está nas vizinhanças do centro de uma economia-mundo torna-se mais encarniçado, conquistador quando tem oportunidade, como se tal vizinhança lhe aquecesse os ânimos. (BRAUDEL, 2009, p. 42)

O mercantilismo é uma estratégia de defesa de Estados que buscam alcançar a posição dominante no sistema, e no processo os espaços por eles conquistados passam a ser reorganizados em favor do centro, em um movimento liderado pelo interesse econômico, em relação dialética com a política, a sociedade e a cultura. Tal situação é exemplificada pela ligação entre o Brasil, Portugal e Países Baixos durante o período conhecido como ciclo do açúcar. Localizado na periferia, o Brasil exercia o papel agricultor, produzindo cana-de-açúcar. Os Países Baixos, naquele momento ocupando o centro, controlavam o refino do açúcar e sua distribuição, obtendo as maiores margens de lucro. Portugal, na semiperiferia, garantia seu ganho através do controle político sobre o Brasil, em uma relação de monopólio colonial que caracterizava sua estratégia de inserção no modelo organizado pelo centro. Dessa forma, os Países Baixos obtinham vantagens na sua relação com Portugal e Brasil, e Portugal na sua relação com o Brasil. Mesmo assim:

[...] não nos enganemos, a distância entre a moderna Holanda do século XVII e Estados majestosos como a França ou a Espanha continua sendo grande. Essa distância revela-se na atitude dos governos para com uma política econômica que passou então por panacéia e a que chamamos, usando uma palavra forjada posteriormente, *mercantilismo*. Ao criá-lo, nós, historiadores, conferimos ao termo múltiplos sentidos. Mas, se um desses sentidos prevaleceu sobre os demais, foi aquele que implica uma defesa contra os outros. Pois o mercantilismo é, antes de tudo, uma forma de se proteger. O Príncipe ou o Estado que aplica seus preceitos obedece provavelmente a uma moda, mas, mais ainda, constata a existência de uma inferioridade que é necessário atenuar ou reduzir. A Holanda será mercantilista só em raríssimos momentos, que correspondem para ela, justamente, à percepção de um perigo externo. Sem igual, ela pode em geral praticar impunemente a livre concorrência, que só lhe traz vantagens. A Inglaterra, no século XVIII, afasta-se de um mercantilismo vigilante: será isso a prova, como penso, de que já soa no relógio

do mundo a hora da grandeza e da força britânicas? Um século mais tarde (1846), ela poderá, sem risco, abrir-se à livre-troca. (BRAUDEL, 2009, p. 42–43)

A partir da Revolução Industrial, o avanço das contradições inerentes ao modo de produção, oriundas fundamentalmente das suas relações de propriedade, que opõem capital e trabalho, permitiu a sua transformação. Teschke (2003) sustenta que no capitalismo as classes (proprietários e não proprietários dos meios de produção) passam a depender do mercado para sua reprodução. Essa lógica justifica a busca pelo lucro, que por sua vez demanda revoluções constantes nos meios de produção para se sustentar. A inter-relação dessas características confere ao capitalismo uma dinâmica muito particular, orientada pelas suas contradições internas ao capital e entre o capital e o trabalho, redundando em “[...] crescimento demográfico, desenvolvimento tecnológico, especialização, diversificação produtiva, e expansão territorial das relações de mercado” (TESCHKE, 2003, p. 142).

A partir daí a extração da mais-valia superou o ganho mercantil como principal forma de acumulação de capital, não apenas domesticamente, mas também internacionalmente. A mais-valia global é apropriada de diferentes formas conforme a região da economia-mundo, com o controle pelo centro dos pontos estratégicos de acumulação de capital, através dos monopólios anteriormente citados, que lhe garantem as maiores margens de lucro e o domínio sobre as técnicas e instrumentos determinantes em cada período. Sustenta-se, dessa forma, a divisão internacional do trabalho, já que a semiperiferia torna-se responsável pelas produções de tecnologia da geração anterior, e a periferia mantém-se ligada fundamentalmente às atividades básicas. Reforça-se, contudo, que nas atividades econômicas controladas nestas regiões pelo centro, das quais a mais-valia gerada é por ele apropriada e transferida, o nível de capital empregado pode ser alto<sup>8</sup>, buscando ampliar ainda mais a mais-valia e, assim, os lucros obtidos.

O domínio do centro sobre o sistema, acima descrito, é ilustrado pelas chamadas Sete Irmãs do Petróleo<sup>9</sup>, que controlaram a indústria petrolífera global entre meados da década de 1940 e meados da década de 1970, quando ocorre a criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Até a crise do petróleo de 1973, da qual resultou a nacionalização de maioria dos campos de petróleo do mundo, as empresas controlavam cerca de 85% das reservas globais do recurso, que constitui a principal fonte energética do planeta.

---

<sup>8</sup> Como exemplificado pela agropecuária brasileira, particularmente nos setores exportadores, que contam com alto nível de capital e tecnologia.

<sup>9</sup> Royal Dutch Shell, Anglo-Persian Oil Company (APOC), Standard Oil of New Jersey (Esso), Standard Oil of New York (Socony), Texaco, Standard Oil of California (Socal), Gulf Oil.

Dessa forma, os países-sede dessas petrolíferas, invariavelmente localizados no centro da economia-mundo capitalista (Países Baixos, Reino Unido, Estados Unidos) tinham à disposição um elemento de barganha decisivo, lhes permitindo ditar a atividade econômica de qualquer país que dependesse de suas exportações.

Não é mera coincidência a identificação de autores, como Braudel (2009) e Wallerstein (1992, 2003, 2009), do processo de degradação da hegemonia estado-unidense e aceleração da decadência da economia-mundo capitalista a partir das crises daquela década, que levaram a uma modificação nos mecanismos utilizados pelo centro para administrar sua relação com o resto do planeta. Em particular, conforme explorado no final do subcapítulo anterior, nota-se uma tendência à financeirização do sistema, fenômeno que historicamente marca o amadurecimento e esgotamento de um modelo de acumulação. Destaca-se, conforme observado pelos autores, que são os momentos de crise e transição que permitem a ocorrência de transformações tanto na estrutura quanto nos seus componentes, os Estados, e faz-se necessário, portanto, estudar a forma como se dão tais alterações.

#### 4 DESENVOLVIMENTO NA TEORIA DO SISTEMA-MUNDO

Neste capítulo, busca-se estabelecer, a partir das considerações traçadas nos capítulos anteriores, o que, na Teoria do Sistema-Mundo e, particularmente, na economia-mundo capitalista, representa o desenvolvimento. Faz-se necessário retomar, assim, alguns dos pontos abordados, de forma a sistematizar os elementos que fundamentam a proposição.

Considerando, conforme Amin (1997), que a divisão internacional do trabalho permite que da periferia e semiperiferia mais-valia seja apropriada pelo centro, graças ao monopólio sobre as tecnologias e as finanças, evidencia-se que o fluxo de acumulação de capital beneficia este em detrimento daqueles, dialeticamente assegurando a continuidade da diferenciação entre as regiões da economia-mundo capitalista, já que tal influxo de recursos permite a renovação dos instrumentos de domínio. Da mesma forma, cumpre lembrar que a semiperiferia também se apropria de mais-valia em sua relação com a periferia, lhe garantindo vantagens em relação a esta última.

Retomando Braudel (2009), o advento da modernidade leva a economia a influenciar a sociedade, a política e a cultura mais profundamente. A análise de Marx (1971), fundamentada no materialismo histórico-dialético, vai no mesmo sentido, sublinhando a relação dialética entre a estrutura econômica e a superestrutura política e jurídica, ideológica. Assim, a drenagem de capital das periferias em direção ao centro sugere que as vantagens obtidas através deste processo ultrapassam as materiais, estendendo-se a todas as esferas da sociedade. Isso se dá de forma conflitiva e contraditória, como são as relações entre as classes, cujo papel é basilar para a construção e reprodução do modo de produção capitalista.

Assim, identifica-se que o desenvolvimento de determinada região está associado à sua capacidade de acumular capital, de acordo com sua inserção como origem ou destino dos fluxos de mais-valia global. Dessa forma, os países localizados no centro do sistema são categorizados como desenvolvidos; os países na semiperiferia são tratados como em desenvolvimento ou emergentes; e os países da periferia relegados à condição de subdesenvolvimento. Evidencia-se, inclusive, o sentido ideológico desta terminologia, particularmente no tocante a semiperiferia, já que é referenciada em uma situação que pressupõe a possibilidade de desenvolvimento autônomo nos marcos do sistema, fato não verificado empiricamente, haja visto que os únicos casos de ascensão ao centro se deram via desenvolvimento “patrocinado”, “a convite”, com autorização e apoio do centro, como anteriormente exemplificado pela Coreia do Sul.

A influência deste processo não se limita aos aspectos econômicos, mas estende-se também às demais esferas da sociedade. É por isso que os sistemas políticos, sociais e culturais das periferias devem ser influenciados, estabelecendo na superestrutura justificativas necessárias ao fluxo de capital internacional. Com esse objetivo, cumprem papel fundamental instituições e organizações internacionais, como exemplificam as de Bretton-Woods<sup>1</sup> e a Organização Mundial do Comércio, que reestruturam questões basilares da polarização da economia-mundo capitalista como problemas técnicos, impondo às periferias soluções adequadas aos interesses do centro, portanto ideologicamente parciais, sob um matiz científico. Por isso, apesar de frequentes tentativas por países semiperiféricos e periféricos de se apropriar de seus fóruns para debater e construir alternativas que lhes beneficiem, barreiras estruturais se impõem e limitam a efetividade das iniciativas, como evidenciado pelas dificuldades enfrentadas pelos países menos favorecidos de fazer valer suas demandas nas Rodadas Uruguai e Doha da Organização Mundial do Comércio<sup>2</sup>.

Consolida-se, assim, no nível superestrutural, a drenagem de recursos que perpetua a desigualdade necessária ao funcionamento da economia-mundo capitalista. Tal entendimento da relação dialética desses processos vai ao encontro de Wallerstein (2009) ao contestar as divisões entre as ciências sociais, e sugere que o enfrentamento aos desafios do subdesenvolvimento demanda a superação dos desequilíbrios sistêmicos imanentes ao funcionamento da economia-mundo capitalista. Afinal, sendo fundamental ao capitalismo, conforme propõe Marx (1996a, 1996b), a contínua acumulação de capital, de forma a permitir a constante revolução dos meios de produção que sustenta o sistema, e identificando-se a apropriação de mais-valia das periferias como importante fonte desta acumulação, evidencia-se a impossibilidade de funcionamento de uma economia-mundo capitalista sem diferenciação entre suas regiões, já que tal desigualdade é o que permite a extração de mais-valia a nível global.

---

<sup>1</sup> O sistema de Bretton-Woods, estabelecido em 1944, buscava regular o sistema comercial e financeiro mundial em um contexto de necessidade de reconstrução europeia devido à Segunda Guerra-Mundial. Materializou-se através do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (mais tarde dividido em Banco Mundial e Banco para Investimentos Internacionais) e Fundo Monetário Internacional.

<sup>2</sup> A Organização Mundial do Comércio foi estabelecida em 1995, com base no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT - 1948), que foi a ela incorporado. Os debates no âmbito da instituição dividem-se nas chamadas Rodadas. Da Rodada Uruguai (1986), iniciada ainda no contexto do GATT, sublinha-se a criação de proteções globais sobre a propriedade intelectual, assegurando o monopólio central sobre tecnologias, ao mesmo tempo em que foi defendida a liberalização dos serviços financeiros e do investimento externo. Na Rodada Doha (2001), destaca-se a demanda pelas periferias e semiperiferias de redução de subsídios dos países ditos desenvolvidos sobre seus setores agropecuários, debate cujos desafios evidenciam que, mesmo com a proposta de atender aos interesses dos países menos privilegiados, a efetividade dos fóruns se mostra limitada.

Figura 1 - Ciclo de acumulação de capital na economia-mundo capitalista



Fonte: Elaborado pelo autor.

Cabe recordar, conforme Braudel (2009), que tais desequilíbrios são construídos e consolidados ao longo de séculos, desenhando em seu conjunto a estrutura que caracteriza a divisão internacional do trabalho e, portanto, a divisão entre centro, semiperiferia e periferia. Assim, faz-se necessário abordar o fenômeno das revoluções, que a um só tempo influenciam a trajetória do sistema e possibilitam aos protagonistas do processo evadir as amarras da economia-mundo capitalista, abrindo um caminho para seu desenvolvimento autônomo.

#### 4.1 SENTIDOS DAS REVOLUÇÕES NO SISTEMA-MUNDO

Inicialmente, é necessário precisar o que se entende por revolução. Adota-se, assim, sua interpretação como revoluções sociais e políticas: “[...] eventos históricos separados e comparativamente raros, mas que, longe de serem marginais ou atípicos para a história dos Estados e do sistema internacional, são pontos de transição e de formação sem os quais o mundo moderno não seria como é” (HALLIDAY, 1999, p. 143). O autor apoia tal concepção de forma tripartite, sobre as contribuições de Skocpol, Barrington-Moore e Griewank.

A socióloga Theda Skocpol definiu as revoluções “[...] com base no grau de transformação da sociedade e da destruição do velho Estado” (HALLIDAY, 1999, p. 143).

Nesse sentido, é priorizada a relação entre Estado e revolução, e como a competição internacional abriu espaço para as sublevações, que a um só tempo transformam a estrutura social e política.

Ao mesmo tempo, Halliday (1999) analisa o argumento de J. B. Barrington-Moore, que sugere não existir um caminho não-violento para a modernidade. Estudando as diferentes estratégias seguidas por Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha e Japão, o autor nota os capítulos violentos na sua trajetória para a industrialização e democracia liberal, seja domesticamente, através de revoluções e guerras civis, ou internacionalmente, através de guerras interestatais. “As revoluções eram, portanto, não aberrações a uma alternativa não-violenta, mas uma forma de transição inevitavelmente violenta para uma sociedade moderna e, frequentemente, uma forma que, em escala internacional, foi menos violenta que a alternativa germano-nipônica” (HALLIDAY, 1999, p. 144).

Por fim, Halliday (1999) visita o trabalho de Karl Griewank, que estuda a história do conceito de revolução desde seus primórdios astronômicos. Assim, ao esclarecer seus diversos sentidos, verifica-se que seu uso contemporâneo só se torna possível a partir da Revolução Francesa, não se encaixando em fenômenos que tenham antecedido o sistema interestatal moderno. Passa a lhe ser essencial, portanto, não apenas “[...] a mudança política ou a constitucional, mas também a participação da massa neste processo; o alvo central das revoluções era o controle do Estado [...]” (HALLIDAY, 1999, p. 144).

A partir da tríade que sustenta o pensamento do autor fica evidente o interesse em afirmar a revolução como um processo de transição, uma vez que:

As questões da definição e do papel histórico das revoluções são, com certeza, centrais para qualquer discussão destes levantes no contexto internacional. Quase toda a discussão sobre as revoluções na literatura das RI as percebe em um sentido muito mais frouxo para incluir os golpes e as explosões de violência, o que não as dissolve simplesmente em um espectro behaviorista. A maior parte da literatura das RI supõe também que as revoluções são momentos de colapso, ao invés de transição [...]. (HALLIDAY, 1999, p. 144)

Exatamente a perspectiva da revolução como transição importa à discussão, uma vez que a revolução como transição contesta estruturas que buscam colocar-se como dadas. Em outras palavras, o processo revolucionário desafia e transforma a economia-mundo capitalista e o sistema interestatal, haja vista seu impacto sobre o sistema ideológico que, em cada período, dialeticamente justifica e é sustentado pela divisão internacional do trabalho.

No que tange ao desenvolvimento, portanto, as revoluções liberais do século XVIII representaram momentos de transição que transformaram espaço-tempo, práticas políticas e de



produção (abrindo caminho à ascensão da apropriação da mais-valia). Como resultado, derrubaram-se preceitos tidos até o momento como doutrinas na explicação do mundo e da sociedade, com conseqüentes transformações nas perspectivas científicas, no campo das exatas, humanas e sociais.

A Revolução Russa de 1917, da mesma forma, marca decisivamente o século XX, uma vez que todos os eventos ocorridos durante a existência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, dela originada, foram em maior ou menor medida impactados pelo desafio que representava à economia-mundo capitalista. Mesmo hoje seus reflexos são sentidos, seja através das experiências socialistas que sobreviveram a sua derrocada, seja através do seu legado cultural e intelectual, ou simplesmente por constituir um exemplo de alternativa ao sistema.

No mesmo sentido, o debate estabelecido pelos autores aqui estudados, considerando a perspectiva crítica adotada, que leva a questionamentos sobre a ordem vigente, participa do processo proposto por Wallerstein (1992) de elaboração de alternativas científicas e culturais. Em um contexto de crise e transição sistêmica, essas contribuições atuam em favor de transformações positivas no sistema-mundo, já que favorecem a construção de um modelo mais justo na distribuição das riquezas (materiais ou não) globais, e, portanto, mais igualitário, tanto na esfera doméstica quanto internacional.

#### 4.2 POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO NAS PERIFERIAS E SEMIPERIFERIAS DO SISTEMA-MUNDO

Evidencia-se, a partir das análises propostas, que a própria ideia de desenvolvimento se apresenta como campo de batalha ideológico, desde sua origem na sequência da Segunda Guerra Mundial, elaborada pelo centro como instrumento de atração das periferias e semiperiferias em processo de independência; passando pelas propostas do Movimento dos Não-Alinhados, que sugeria a possibilidade de se equiparar o centro; até as interpretações contemporâneas, que abordam o conceito em relação aos mais diversos âmbitos disciplinares e sociais.

Através de sua história, e nas diferentes propostas, com frequência perderam-se de vista os elementos estruturais que produzem os diversos níveis de desenvolvimento verificados no mundo, dado serem as circunstâncias e fóruns em que o debate é posto sistemicamente condicionados.

Nesse sentido, Amin (1997) alerta que mesmo países que adotam experiências socialistas, ao incorporar perspectivas de desenvolvimento originadas de elementos da

economia-mundo capitalista e tentar combiná-las com o objetivo de construção do socialismo, correm o risco de retornar a padrões típicos da estrutura que visam combater. A tentativa de “alcançar” o centro capitalista pode levar à adoção de práticas que favorecem a reintegração ao sistema dominante, em particular quando considerada a tendência e força expansionista da economia-mundo capitalista:

[...] os países chamados socialistas se propunham, com muita confusão, ao mesmo tempo “alcançar” e fazer outra coisa (“construir o socialismo”), e se haviam desconectado – no sentido que dei a este conceito, ou seja, haviam submetido suas relações exteriores à lógica de seu desenvolvimento interno. Os aspectos positivos de suas realizações (um estatismo paternalista sem dúvida, mas com um todo social, que garantia a segurança do emprego e um mínimo de serviços sociais, em contraste com o capitalismo selvagem das periferias capitalistas) provêm de sua origem (uma revolução popular anticapitalista) e da sua desconexão; enquanto seus becos sem saída traduzem por vez a ilusão do “alcance”, que implica a ampla adoção dos critérios do capitalismo. (AMIN, 1997, p. 72, tradução nossa)

Não obstante, determinadas experiências socialistas, que persistem em seu desafio à economia-mundo capitalista, demonstram a possibilidade de efetivamente desvincular-se dos elementos de dominação deste sistema. Isso é destacado quando sua continuidade se dá além da existência do bloco socialista liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, cuja política externa facilitava a inserção destes Estados.

Neste sentido, cabe explorar como se davam as relações entre os países do bloco socialista. Diferentemente da configuração da economia-mundo capitalista, pautada pela apropriação de mais-valia global através da divisão internacional do trabalho, o modelo socialista baseava-se na solidariedade revolucionária. Assim, mesmo quando incorrendo prejuízos, estabeleciam-se intercâmbios que priorizavam o bem-estar das populações e o sucesso dos regimes parceiros. Por isso a queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, na década de 1990, gerou impactos em Estados revolucionários com menos recursos à disposição, tendo em vista a importante proporção de ajuda anteriormente recebida.

Assim, salientam-se os casos cubano, norte-coreano e chinês. Cada um, a seu modo e a partir de condições diversas, buscam construir um modelo alternativo, pautado por ideais socialistas. Tal proposta ganha ainda mais relevo quando se considera que tais experiências se iniciaram em periferias da economia-mundo capitalista, acrescentando ao desafio sistêmico representado por suas revoluções um verniz terceiro-mundista.

Por conseguinte, verifica-se em todos os casos a busca pela internalização dos elementos que constituem o monopólio do centro sobre o sistema capitalista, as finanças e as tecnologias. A partir do momento em que tais instrumentos deixam de atuar em favor da transferência global

de mais-valia, a reação da economia-mundo capitalista se torna inevitável, sendo demonstrada pela história a violência dos processos necessários à instauração das relações características ao sistema. Os mais variados métodos são utilizados na tentativa de restabelecer o padrão de dominação contestado, mas destacam-se os embargos, os golpes de Estado e as invasões. Cumpre mencionar, inclusive, que tais medidas não são adotadas apenas contra países que levantam um desafio direto ao sistema, através da adoção de ideologias contestatórias, mas a quaisquer em que políticas sejam adotadas em oposição aos processos de apropriação global de mais-valia.

Conforme Visentini *et al.* (2013), a experiência cubana, iniciada em 1959 com a vitória das forças lideradas por Fidel Castro, Ernesto “Che” Guevara, Camilo Cienfuegos e outros, enfrenta desde sua gênese forte reação por parte da economia-mundo capitalista, não menos devido à sua proximidade geográfica em relação ao hegemom estado-unidense. Assim, o país sofre um embargo econômico que lhe obstaculiza o crescimento econômico, além de constantes tentativas de assassinato contra suas lideranças, golpes de Estado e invasões.

Apesar disso, e das limitações impostas pelos recursos naturais disponíveis em seu território, o projeto cubano alcançou altos níveis de educação e saúde, com desenvolvimento mesmo de vacinas contra cânceres, em um feito ainda não superado pelas potências ocidentais. Além disso, outros indicadores demonstram seu sucesso em elevar as condições de vida da população, como por exemplo os de segurança, habitação, alimentação e acesso às mais diversas formas de manifestações culturais. Também, o Cuba demonstra clareza de seus objetivos no âmbito internacional:

Na lógica revolucionária cubana as ações desencadeadas tinham como objetivo alcançar e defender uma independência real e, fundamentalmente, uma mudança social. Para tanto, a projeção externa também deveria seguir esse processo de transformação. Isso significava, em primeiro lugar, desafiar e superar a dependência e subserviência em relação aos EUA, que já se prolongava há mais de cinquenta anos. Os cubanos tinham clareza de que com isso teriam que enfrentar o isolamento e a hostilidade promovida pelos norte-americanos. No entanto, esta situação poderia ser contrabalançada a partir das relações com a URSS. A Revolução significou não apenas uma mudança em Cuba, mas também uma mudança na forma como o país passou a perceber seu lugar no mundo. O Estado cubano, de importância tradicionalmente menor nos assuntos globais, agora poderia (e deveria) se projetar e interferir na dinâmica internacional, com vistas ao fortalecimento de sua própria Revolução. Nesse sentido, a política exterior para Cuba sempre esteve muito além do simples estabelecimento de relações comerciais e diplomáticas. A conduta externa refletiu nos debates e formulação das políticas domésticas. Por outro lado, também refletiu na relação de Cuba com as duas superpotências, realidade que os cubanos tiveram que lidar até 1991. Por fim, serviu como base para uma nova identidade, que acompanhou a construção do Estado socialista e sua redefinição como um país do Terceiro Mundo. (VISENTINI *et al.*, 2013, p. 259)

No mesmo sentido, Visentini *et al.* (2013) apontam que a Coreia do Norte nasce a partir da intervenção da hegemonia estado-unidense em seu processo revolucionário. A guerra que dividiu o país não só redundou em bloqueios econômicos, mas também em um longo período de não-reconhecimento do seu Estado, que só passa a integrar a Organização das Nações Unidas em 1991.

Mesmo assim, o país conquistou o domínio de tecnologias de alta complexidade, como a nuclear (tanto para uso civil quanto estratégico), e a superação dos desafios naturais que, aliados ao embargo econômico, impunham à região carestia de bens básicos. Além disso, a garantia de emprego e o provimento de serviços sociais à população garante nível e dignidade de vida. Eleva-se, dessa forma, a importância global do país, já que:

[...] na passagem para o século XXI, a Coreia passa a ocupar um espaço privilegiado no campo das decisões envolvendo a grande diplomacia. As quatro potências com as quais os dois Estados Coreanos têm que interagir mais diretamente passam por mudanças que afetam os destinos da península, conferindo um caráter estratégico, desta vez global, à região. A China continua se fortalecendo, e agora está associada à Rússia, tentando evitar uma ascendência desmedida dos EUA sobre a região. Este país, por sua vez, tenta reafirmar sua supremacia sobre seus velhos aliados, Tóquio e Seul. Mas ambos são condicionados por necessidades econômicas que os direcionam para o polo de desenvolvimento da Ásia oriental, pois somente com certo grau de autonomia seu desenvolvimento pode prosseguir. (VISENTINI *et al.*, 2013, p. 146)

Por sua vez, a República Popular da China não apenas logrou resistir aos avanços da economia-mundo capitalista, como também estabelecer ordenamentos alternativos em maior escala:

O impacto da inserção mundial da China é intenso, não apenas pela acelerada taxa de crescimento, mas pelo peso econômico e populacional do país, bem como por sua dimensão continental. O problema, entretanto, não diz respeito apenas ao peso da China, mas principalmente às características do projeto chinês. Trata-se de uma potência nuclear, com imensa capacidade militar, além do fato de tratar-se de um modelo de desenvolvimento de pretensões autônomas. A República Popular da China, graças à sua capacidade militar de dissuasão, armamento nuclear, indústria armamentista própria, tecnologia aeroespacial e de mísseis, bem como por ser Membro Permanente do Conselho de Segurança da ONU (com poder de veto) é o único país em desenvolvimento que se encontra no núcleo do poder mundial. (VISENTINI *et al.*, 2013, p. 116)

Assim, notam Visentini *et al.* (2013) que a experiência socialista na China iniciou-se em um contexto de resistência ao imperialismo japonês e enfrentamento ao projeto nacionalista do Kuomintang. A proposta do Partido Comunista Chinês ganhou projeção com seus sucessos ao longo da Segunda Guerra Mundial e, findo o conflito e reiniciado o confronto com o

Kuomintang, a partir da Grande Marcha. Nesta, as tropas socialistas em retirada continuaram a difundir sua ideologia, e sua persistência eventualmente tornou-se parte do imaginário popular.

Identifica-se, através de Visentini *et al.* (2013), que com a vitória dos socialistas na guerra civil chinesa e consolidação da República Popular da China, a economia-mundo capitalista relega o país ao mesmo isolamento de outros Estados revolucionários e, assim, até a década de 1970, são impostas ao país sanções que incluem bloqueio econômico e, mesmo com o restabelecimento das relações comerciais, diversas tentativas de contenção são realizadas, por exemplo através de estímulos a golpes de Estado. A partir daí são estabelecidas reformas com o objetivo de dinamizar a economia, haja vista que a construção do socialismo demanda condições materiais suficientes para o provimento de boas condições de vida a todos e para a defesa do projeto.

Dessa forma, ao controlar seu mercado financeiro e investimento estrangeiro, demandando o compartilhamento de tecnologias quando do estabelecimento de empreendimentos em seu território, a China pôde desenvolver e dominar tecnologias de ponta (como a internet 5G) e contrapor em seu entorno estratégico a hegemonia estado-unidense. Ao mesmo tempo, logrou perseguir os objetivos anunciados enquanto projeto socialista, combatendo a pobreza, melhorando as condições de vida da população, diminuindo a desigualdade entre campo e cidade e adotando práticas benéficas ao meio-ambiente.

Os exemplos citados levam a refletir sobre as possibilidades disponíveis às periferias e semiperiferias de transformação econômica, política e social. Demonstram ser necessário pensar, em uma perspectiva do Sul global, alternativas que permitam a superação dos problemas impostos pela ordem sistêmica mundial, cuja estrutura impõe limites ao desenvolvimento autônomo dos países fora do centro pela necessidade de apropriação de mais-valia que sustenta o domínio destes sobre a economia-mundo capitalista através da divisão internacional do trabalho. Dessa forma, argumenta-se que o caminho para o desenvolvimento passa pelo desafio aos monopólios financeiros e tecnológicos que orientam os fluxos globais de capital, almejando maior igualdade entre os países e melhores condições de vida a toda humanidade.

## 5 CONCLUSÃO

O presente trabalho, ao abordar a questão do desenvolvimento na economia-mundo capitalista, baseou-se na redistribuição a nível global de mais-valia para compreender a desigualdade entre as diferentes regiões do sistema-mundo. Para tanto, identificou-se uma estrutura composta por centro – materialmente rico, com maior estabilidade política, menos conflitos sociais e amplo acesso à cultura –, periferias – pobres, enfrentando instabilidade política e social – e semiperiferias – entre as duas outras regiões, contam com algumas das vantagens do centro e algumas das desvantagens das periferias.

Apesar de identificar-se a emergência do capitalismo enquanto sistema-mundo apenas a partir da Revolução Industrial, quando a mais-valia supera o ganho mercantil como principal meio de acumulação, observam-se desde a derrocada do feudalismo e ascensão do mercantilismo ciclos que contribuem para a identificação do processo de expansão da economia-mundo europeia. Tal expansionismo, característica fundamental do sistema, derivado das características do modo de produção (dialeticamente relacionadas aos elementos superestruturais europeus), levou o capitalismo a se tornar o primeiro sistema-mundo de alcance planetário, através do fenômeno conhecido como globalização.

Ao longo do processo, sucederam-se hegemonias, países que ocuparam uma posição de liderança na economia-mundo capitalista. Tais Estados não fundamentavam seu domínio apenas na coerção, mas também no convencimento dos outros atores de que seu domínio traria maiores benefícios do que a competição desregrada. Ao assumir essa posição, o hegemônio (re)organiza os fluxos globais de capital, controlando os pontos estratégicos de acumulação em todas as regiões e permitindo a apropriação da mais-valia global pelo centro.

Isso se torna possível pois ao longo do tempo formaram-se estruturas e superestruturas que condicionaram uma divisão internacional do trabalho. Tal análise fundamenta-se no materialismo histórico-dialético, que nota a interdependência entre os processos estruturais (materiais) e superestruturais (políticos, sociais, culturais). Ressalta-se, contudo, que tal diferenciação não implica igualdade nas relações entre os países. Pelo contrário, conforme algumas atividades econômicas permitem um acúmulo de riqueza, capital, maior do que outras, estabelecem-se cadeias de subordinação entre os Estados, conforme sugere Braudel (2009). Dessa forma, e conforme os países mais beneficiados estabeleciam monopólios sobre as tecnologias e as finanças globais, consolidaram-se mecanismos de transferência de parte significativa da mais-valia das semiperiferias ao centro, e das periferias ao centro e semiperiferias.

Resulta desse processo a desigualdade nos níveis de desenvolvimento entre as diferentes regiões da economia-mundo capitalista, já que os países com maior capacidade de acumulação de capital e apropriação de mais-valia global têm não apenas suas economias beneficiadas, mas também seus elementos superestruturais passam a gozar de maior estabilidade, segurança e, assim, mais espaço para se complexificar. Ao mesmo tempo, aqueles Estados dos quais mais-valia é extraída têm, com base nisso, suas relações políticas, sociais e culturais prejudicadas, já que a ausência de meios materiais dificulta a elaboração de soluções para os problemas apresentados por essas esferas da sociedade.

Permite-se questionar, dessa forma, de que forma poderia ser alcançado o desenvolvimento pelos países periféricos e semiperiféricos do sistema. Tendo em conta os processos que condicionam a apropriação de mais-valia global, e as evidências históricas a respeito dos resultados de projetos de desenvolvimento autônomo nos marcos da economia-mundo capitalista, evidencia-se a necessidade de efetuar uma ruptura com as estruturas de dominação características do sistema.

O estudo dos processos revolucionários fundamenta, dessa forma, o pensamento sobre alternativas ao ordenamento estabelecido globalmente pelo modo de produção capitalista. Em primeiro lugar, deve-se notar que as revoluções representam pontos de inflexão no sistema, pois não afetam apenas o Estado em que tomam lugar, mas produzem efeitos sobre a totalidade da economia-mundo capitalista. No mesmo sentido, nota-se que só podem ser discutidas revoluções a partir da constituição do sistema interestatal moderno. O caso mais emblemático, no século XX, foi a Revolução Russa, que permitiu a transformação de um país agrário em potência nuclear e espacial em menos de 50 anos, e abriu caminho para desafios adicionais ao sistema, colaborando, por exemplo, para a derrocada dos impérios coloniais europeus.

Seguindo seu exemplo, diversos países da semiperiferia e periferia lograram alterar as suas condições a partir de movimentos revolucionários. Nota-se que, em todos os casos, o rompimento com as estruturas de controle e dominação da economia-mundo capitalista levou a reações que objetivavam sufocar as alternativas buscadas, envolvendo embargos comerciais, tentativas de golpes de Estado e assassinato de lideranças, ou mesmo invasões.

Destacam-se o caso cubano, norte-coreano e chinês, especialmente pela significância de suas conquistas e sua resiliência, tendo sobrevivido ao colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e dissolução do bloco socialista. Em todos eles, o estabelecimento de regimes socialistas levou a internalização das finanças e tecnologias, instrumentos utilizados pelo centro para controlar suas atividades com maior potencial de acumulação e, assim, submeter suas economias e superestruturas em seu favor.

Assim, Cuba foi capaz de elevar as condições de vida sua população e estabelecer sistema de saúde e educação comparáveis, e sob vários aspectos superiores, aos de países do centro capitalista. Ao mesmo tempo, apesar de suas limitações espaciais e demográficas, foi capaz de resistir aos avanços da economia-mundo capitalista, feito de particular importância quando considerada sua proximidade geográfica ao atual hegemom, os Estados Unidos.

A Coreia do Norte, sofrendo pressões econômicas e geopolíticas extraordinárias por parte das potências capitalistas, não apenas logrou conservar sua soberania, como também dominar tecnologias avançadas, como a nuclear (para uso civil e estratégico), e superar os desafios naturais que contribuiriam para lhe impor períodos de carestia. Mais do que isso, o país logrou conquistar importância central na alta diplomacia mundial, destacando o sucesso de seu projeto de desenvolvimento autônomo.

A China, também, através de seu processo revolucionário obteve significativas conquistas. A elevação de suas capacidades produtivas alçou o país à condição de “oficina do mundo”, a partir do que lhe foi possível alcançar a fronteira tecnológica (como exemplificado por sua liderança na elaboração da internet 5G). Nisso fundamentam-se também suas conquistas sociais (com a maior redução no nível de pobreza da história) e geoestratégicas (contrapondo em seu entorno estratégico a hegemonia estado-unidense).

Verifica-se, a partir desses exemplos, a possibilidade de elaboração de alternativas às estruturas impostas pela economia-mundo capitalista. Tal fato é destacado por estas experiências tomarem lugar no que eram periferias e semiperiferias do sistema, demonstrando a possibilidade de serem elaborados desafios sérios ao *status quo* mesmo a partir de condições de menor fartura material.

Com base no exposto ao longo do trabalho, conclui-se que a hipótese proposta, que sugeria ser o desenvolvimento na economia-mundo capitalista um fenômeno baseado na apropriação de mais-valia global através da divisão internacional do trabalho, em um processo possibilitado pelo controle do centro sobre monopólios financeiros e tecnológicos, foi confirmada. Adicionalmente, conclui-se não ser viável um projeto de desenvolvimento autônomo nos marcos do sistema, sendo necessária uma ruptura com suas estruturas para que uma iniciativa do tipo seja possível. Ressalta-se não ser este um trabalho exaustivo, restando espaço para ampla discussão sobre a temática do desenvolvimento na Teoria do Sistema-Mundo. Além disso, verificou-se caberem debates e pesquisas a respeito de outros conceitos correlatos à teoria em seu âmbito, como mais-valia, ciclos longos e revoluções, podendo contribuir novas reflexões.



Em um cenário global de aprofundamento de desigualdades e aumento da concentração de riquezas, tanto domesticamente quanto entre países, faz-se necessário repensar os parâmetros que orientam nossas sociedades. Mais do que isso, as constantes crises econômicas sob o capitalismo (cujos prejuízos não se limitam ao material, mas se expressam também em vidas) e o colapso ambiental que se avizinha impõem à humanidade a necessidade de transformação urgente. Em particular, as consequências deste último podem chegar ao nível da extinção de nossa espécie.

Nesse sentido, teorias como a abordada neste estudo contribuem para a elaboração de alternativas. Conforme propõe Wallerstein (1992), atravessamos um momento de crise e transição no sistema, época em que surge a oportunidade de modificações nas estruturas vigentes. O autor sugere que o sistema a ser constituído a partir da conclusão desta fase depende das soluções encontradas para as crises que ao mesmo tempo tomam lugar nas ciências e na cultura. Pretende-se, portanto, com este trabalho, participar deste processo, construindo reflexões que favoreçam a emergência de um mundo mais igualitário.

## REFERÊNCIAS

- AMIN, Samir. **Los desafíos de la mundialización**. México, DF: Siglo Veintiuno, 1997.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. A flor e a náusea. *In: ANDRADE, Mário de et al.* **50 poemas de revolta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 19-21.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. Conclusão. *In: ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. (ed.).* **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora UFRJ, 2001. p. 281–299.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII: o tempo do mundo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. v. 3
- HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.
- MARTINS, Carlos Eduardo. **Dependência e desenvolvimento no moderno sistema mundial**. Buenos Aires: CLACSO, 2004.
- MARTINS, Carlos Eduardo. Neoliberalismo e desenvolvimento na América Latina. *In: REYNO, Jaime Estay (ed.).* **La economía mundial y América Latina: tendencias, problemas y desafíos**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 139–167.
- MARTINS, Carlos Eduardo; VALÉNCIA, Adrián Sotelo. Teoria da dependência, neoliberalismo e desenvolvimento: reflexões para os 30 anos da teoria. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 7, 2001. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18781>. Acesso em: 01 set. 2019.
- MARX, Karl. **Contribuição para a Crítica da Economia Política**. Lisboa: Estampa, 1971.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política - Livro primeiro: o processo de produção do capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1996a. v. 1
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política - Livro primeiro: o processo de produção do capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1996b. v. 2
- OSTERHAMMEL, Jürgen; PETERSSON, Niels P. **Globalization: a short history**. Princeton, N.J: Princeton University Press, 2005.
- PARTHASARATHY, Balaji. Marxist Theories of Development, the New International Division of Labor, and the Third World. **Berkeley Planning Journal**, Berkeley, v. 9, n. 1, p. 109–124, 1994.
- ROSTOW, W. W. **The stages of economic growth: a non-Communist manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

SILVER, Beverly J.; SLATER, Eric. As origens sociais das hegemonias mundiais. *In*: ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. (ed.). **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora UFRJ, 2001. p. 161–225.

TESCHKE, Benno. **The myth of 1648**: class, geopolitics, and the making of modern international relations. London: Verso, 2003.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **O dragão chinês e o elefante indiano**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011.

VISENTINI, Paulo Fagundes *et al.* **Revoluções e Regimes Marxistas**: rupturas, experiências e impacto internacional. Porto Alegre: Leitura XXI; NERINT/UFRGS, 2013.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Geopolitics and geoculture**: essays on the changing world system. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

WALLERSTEIN, Immanuel. U.S. Weakness and the Struggle for Hegemony. **Monthly Review**, [S.I.], v. 55, n. 3, p. 1–7, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. World-Systems Analysis. *In*: MODELSKI, George; DENEMARK, Robert Allen (ed.). **World system history**. Oxford, U.K.: Eolss, 2009. p. 13–26.